

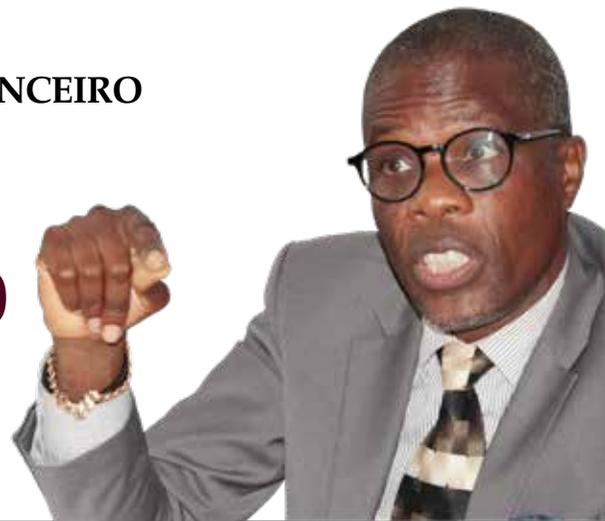
19 de Outubro 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 281
Director-Geral
Evaristo Mulaza



FELICIANO LUCANGA, CONSULTOR FINANCEIRO

“O sistema financeiro está vulnerável, quem o gere são estrangeiros”

Págs. 4 a 7



EXCLUSIVO ANGOBARÓMETRO

9 em cada 10 angolanos rejeitam Tribunal Constitucional e...

8 em cada 10 contestam CNE

SONDAGEM. O mais recente levantamento da AngoBarómetro revela níveis elevados de rejeição das instituições do Estado que intervêm no processo eleitoral. O Tribunal Constitucional e a Comissão Nacional Eleitoral são os principais visados, assim como a imprensa pública que contribui para uma “democracia defeituosa”. O inquérito deixa também avisos quanto à expectativa popular sobre a recolocação de Adalberto Costa Júnior na liderança da Unita. Págs. 8 e 9

CICLO COMEÇOU EM 2019

Produção de petróleo mantém tendência de queda trimestral

Pág. 10



OPINIÃO

Gong Tao, embaixador

O código chinês de erradicação da pobreza

Pág. 18

GESTÃO ALERTA QUE PROJECTO “ESTÁ DE RASTOS”

Receitas da Quiminha quebram 80%

Pág. 12

Editorial

SAMAKUVA, O HOMEM DE QUEM (NÃO) SE ESPERA...

Por imposição do destino, Isaiás Samakuva assume a Unita nos dois momentos mais importantes da sua já percorrida história pós-Savimbi. O primeiro – que se estende grosso modo entre 2003 e 2012 – começa precisamente com o início da transição imposta pela morte de Jonas Savimbi.

Encostado literalmente às cordas, perante um agigantado MPLA vencedor da guerra, Samakuva destilou frieza, ao engolir os sapos necessários pelo objectivo maior de manter a Unita em pé. Sujeitou-se às humilhações do poder, resistiu à traição de figuras históricas, com Jorge Valentim à testa, e, no fim de contas, cumpriu o propósito. Depois das legislativas de 2008 e, particularmente, dos resultados eleitorais de 2012, estava consolidada a recolocação da Unita na condição de maior ameaça externa ao regime do MPLA. Samakuva tinha finalizado, portanto, a sua missão. Era, de facto, o presidente da transição e o resto que se seguiu até 2019 cheirou a bónus.

Agora, em 2021, Samakuva é chamado para um novo teste, tão exigente quanto à prova de gestão da sobrevivência da Unita, realizada no passado. Só que, desta vez, há diferenças relevantes que não podem ser relativizadas, sob qualquer pretexto. Afinal, ao

contrário do passado em que o ‘Galo Negro’ teve de contar mais consigo próprio e agir de acordo com uma leitura autónoma dos factos, hoje há uma inegável pressão da sociedade para que Samakuva conduza o partido num sentido específico. E, como confirma o inquérito da Ango-Barómetro que o Valor Económico divulga esta semana, este sentido específico é o da realização tempestiva do Congresso e a recolocação de Adalberto Costa Júnior na liderança do partido.

Com razão, Samakuva até pode evocar a necessidade de se manter a cultura das múltiplas candidaturas, iniciada justamente em 2003, com a morte de Savimbi. Mas, ao mesmo tempo, não pode negar que qualquer evento que, internamente, impeça a candidatura de Adalberto Costa Júnior às eleições gerais de 2022 levará à desmobilização do apoio popular e ao inapelável descrédito da Unita.

Porque, mais do que as palavras, os factos não mentem. Os níveis de popularidade de Adalberto Costa Júnior, influenciados em parte pela perseguição irreflectida do MPLA, tornaram-no incomparável a qualquer outro nome cogitável da Unita. Mais do que isso, consolidaram a sua mensagem de candidato suprapartidário, que se concretiza, de forma mais prática, na criação da Frente Patriótica Unida.

No fundo, Samakuva tem nas mãos o futuro do seu partido, com dois cenários previsíveis e únicos. O de uma crise existencial, precipitável por uma eventual anulação de Adalberto Costa Júnior, e o da credibilização definitiva, aos olhos dos que encontram no contexto político actual a oportunidade derradeira para a alternância. E estes, os que anseiam pela queda da autocracia, a julgar pelas sondagens e pelos factos, são indiscutivelmente a maioria.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



JOSÉ VERÍSSIMO,
presidente da Anima

Está ultrapassado o problema das licenças de exploração florestal?

Permita-me abrir um parêntese: a actividade de exploração florestal insere-se dentro do processo de desenvolvimento económico do país. Rege-se por lei e é regulamentada. A sua execução prática tem que ver, necessariamente, com as condições objectivas e subjectivas que a envolve.

Mas houve avanços?

Reconhecemos a vontade e o esforço que a actual direcção do Ministério da Agricultura e Pescas vem desenvolvendo no sentido de melhorar e estabilizar a indústria madeireira no país, mas a realidade está muito aquém das expectativas dos operadores. É verdade que este ano é uma excepção, porque algumas licenças foram concedidas em tempo recorde. Mas quantas empresas beneficiaram? Quantas ainda não foram atendidas?

De quem é a responsabilidade?

Não temos de culpar apenas a direcção central do órgão emissor das licenças. Há muitos problemas a nível dos órgãos locais, isto é, nas províncias, de onde partem os processos. E porque é que isto acontece? Porque não há alinhamento entre os vários intervenientes na cadeia. Isto, infelizmente, apenas prejudica, em primeira instância, os empresários florestais e, por arrasto, toda a economia do país.

12 TERÇA-FEIRA

O governo de Luanda anuncia a rescisão de contrato com as empresas de limpeza Jump Business e Multilimpzas, contratadas em Março, por “incapacidade de acção”.

13 QUARTA-FEIRA

António Venâncio, militante do MPLA há 48 anos, manifesta a intenção de se candidatar à liderança do partido no poder no próximo congresso, ambicionando uma instituição mais “prestigiada” e democrática.

14 QUINTA-FEIRA

O Governo estende para até 1 de Novembro o prazo que obrigava os cidadãos a estarem vacinados, segundo o coordenador da comissão multisectorial de combate à covid-19, Francisco Furtado.



15 SEXTA-FEIRA

O Presidente da República anuncia, durante o seu quarto discurso sobre o Estado da Nação desde que assumiu o cargo, que o Executivo vai propor a redução do IVA num conjunto de produtos, no próximo OGE.



16 SÁBADO

Cinquenta melhores alunos do curso de engenharia de petróleo e gás do país têm lugares “reservados”, como convidados, na Conferência Internacional sobre Petróleo, Gás e Energias Renováveis, a decorrer este mês, em Luanda, anuncia a organização.



17 DOMINGO

O Fundo do Fomento Habitacional denuncia que um grupo de indivíduos, que se fazem passar por funcionários da instituição, está a efectuar cobranças indevidas de supostas dívidas contraídas pelos moradores das centralidades de Luanda.



SEGUNDA-FEIRA

Os bispos católicos angolanos consideram que a “perda de confiança” nas instituições judiciais do país, “derivada da evidente interferência política em determinadas decisões, não abona” o estabelecimento de um Estado democrático e de direito.

COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE ANIMADO...

O petróleo abriu a sessão desta terça-feira no 'verde', após encerrar a sessão anterior com queda ligeira. O Brent, referência às exportações nacionais, abriu nos 84,09 dólares, com forte tendência de ganhos de mais de 1% nas vendas de Dezembro. Já o WTI começou a negociar a 81,62 dólares as vendas para o mesmo período.



BOLSA NORTE-AMERICANA EM ALTA...

As acções norte-americanas começaram o dia a subir. Na tarde desta terça-feira, o índice Dow Jones subia 0,35%, a 35.382 pontos, enquanto o S&P 500 avançava 0,51778%, a 4.510 pontos, e o Nasdaq 0,41%, a 15.084 pontos.

Entrevista



FELICIANO LUCANGA, CONSULTOR FINANCEIRO

“Quem gere o nosso sistema financeiro são estrangeiros”

Acredita que Angola vai chumbar na avaliação que será feita em 2022 pelo GAFI, caso essa análise não “seja encomendada”. Critica o facto de as instituições não valorizarem os consultores nacionais em benefício dos estrangeiros. E é duro a condenar a forma como os bancos desperdiçam lucros e apostam na contratação de familiares, em vez de escolherem profissionais qualificados. Feliciano Lucanga não dúvida que todo o sistema financeiro angolano esteja nas mãos dos estrangeiros.

Por Isabel Dinis

O Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) vai realizar uma avaliação do nosso sistema financeiro em 2022. Que avaliação acha que teremos? Se não for encomendada, vamos ter uma avaliação negativa.

É possível Angola encomendar uma avaliação ao GAFI?

Sim. As avaliações e as próprias auditorias são encomendadas. Já estive em instituições em que disseram ‘esta informação não expõe, mas esta pode’.

As organizações pagam para que as informações que são expostas sejam positivas. É isso?

Sim. Costumo dizer que o nosso banco BPC já anda falido desde os anos 1990 e qualquer coisa. Mas,

“Hoje, os nossos funcionários não estão preocupados com a imagem do próprio banco. Quando fui para a banca, um gerente de uma agência ficava preocupado quando visse a sua agência cheia de gente.”



como a pessoa que estava lá era um macaco velho a nível da banca, conseguia manobrar.

Está a referir-se a Paixão Júnior?
Sim. Ele é um quadro fora do comum. Hoje, as coisas começaram a vir à superfície porque as pessoas que lá estão, para além de não perceberem, vão lá para ficarem ricos. Não conseguem fazer a manobra do dinheiro. O dinheiro precisa de ser feito. As pessoas violaram este princípio de a banca conceder crédito e captar depósitos para fazer dinheiro. Hoje, a maioria dos bancários, como são nomeados a partir de casa, chegam e não sabem como é que o dinheiro surge.

Está a dizer que o banco já tinha problemas, mas não foram expostos por causa de Paixão Júnior?
A pessoa que lá estava conhecia todas as manobras, onde tinha de fechar e onde não fechar. Se vir um relatório de um banco como é reproduzido, vai ver. É incrível, mas é assim que funciona. Ele consegue fazer a troca de posições com outros bancos que dificilmente você vai chegar a dizer que o banco não tem dinheiro físico.

Perfil

Mais de 30 anos de banca para trás

Feliciano Lucanga tem 48 anos. Esteve ligado ao sistema bancário durante cerca de 30 anos, mas garante que já se reformou do sector. Trabalhou nos bancos BAI, BCI e BPC. Passou também pelo BNA. Tem cinco licenciaturas, porque se sente um eterno insatisfeito com a sua formação e para não ser “aldrabado” por outros profissionais. Actualmente, tem a sua própria empresa, a Global Compliance Finance (GCF). É mestre em economia. Ainda pensa em fazer mais uma formação em gestão tributária.

E os novos gestores não sabem fazer estas manobras ou não querem fazer?

Isso é como tudo. Quando alguém é retirado do posto não vai explicar a sua estratégia. O que vier tem de ganhar a confiança junto de outras instituições para que a troca de posições entre os bancos e de números no balancete seja um facto. E hoje, também, a informação é mais aberta.

Então os actuais gestores perdem por a informação ser “mais aberta” e por falta de domínio?

Sim. Ao invés de se preocuparem em tentar as coisas do ponto de vista técnico. Chegam lá é negócios e tentar aparecer com carrões. O que deve ser feito não fazem. Não estão nem aí, nem preocupados.

A exposição do banco e os problemas não os preocupam?

Hoje, os nossos funcionários não estão preocupados com a imagem do próprio banco. Quando fui para a banca, um gerente de uma agência ficava preocupado quando visse a sua agência cheia de gente. Ficava preocupado do porquê daquela gente toda. O bancário tem de ter um carác-

ter ímpar e próprio. Tem de ser alguém difícil em qualquer parte do mundo. Hoje, encontra-se o bancário no restaurante a beber, está a andar à toa, fuma e bebe. Enfim. Facilmente, torna-se vulnerável para amanhã participar numa operação ilícita.

O que aconteceu? Não há formação de ética?

Os bancários hoje não estão interessados em formação. Fiz o segundo médio de gestão bancária no Instituto de Formação Bancária de Angola (Ifba), mas estava no terceiro ano de economia. Fui dos primeiros formandos no Ifba. É aí onde se aprendia tudo. Naquele tempo, para se ir para a banca, punham-te a lidar com o dinheiro. Um bancário que não passe pela tesouraria não é bancário. Aquelas secretárias têm um significado. Hoje, vê-se que está a entrar e já está a sentar no lugar do gestor. Noto um bancário só de olhar a amarrear dinheiro. O bancário tem de saber conferir dinheiro. Naquela altura, tínhamos seis meses de estágio. Levaram-nos ao BNA e ficamos durante um mês a lidar com dinheiro. E era aí onde se destinavam as pessoas como aquelas que vão para a tesouraria. Começavam já a ver qual era o dom deste funcionário e onde seria colocado.

Hoje não se faz este exercício?

Terminou. A banca, desde sempre, não foi gerida por técnicos superiores. Aquele discurso de criação de equipa foi confundido. Na criação desta equipa, as pessoas pensaram que é trazer o filho e não sei mais quanto e o resto vai para casa. Não é isso. A criação de equipa começa quando se é nomeado líder dentro dos quadros da sua direcção para preparar a equipa para trabalhar. Interpretamos mal.

Mesmo que estes familiares não percebam de banca...

Aí está. Ao invés de se formarem, também não querem. Quando terminam a universidade, querem o carrão e casa. A prática é o critério da verdade e isso é diferente do que se aprende na universidade.

Que sistema financeiro temos hoje tendo em conta esta base formativa?

Só aprendemos as coisas se tivermos formação profissional. A formação ‘on the job’ deve ser um

Não andamos por nós próprios. Não temos o sistema financeiro controlado por nós. O nosso sistema é gerido através de Portugal. Não tem como controlarmos.

Os bancários hoje não estão interessados em formação.



Quando trabalhei no BAI, interagi com os auditores externos como a Deloitte e a PWC, entre outras. E notei que eles aqui não trabalham a informação. Pedem a informação e tratam em Portugal.

facto. Os nossos quadros são bastante fracos do ponto de vista técnico. Não percebem e não estão interessados em apreender.

SISTEMA FINANCEIRO VULNERÁVEL

Defendeu recentemente que o Banco Nacional de Angola e a Unidade de Informação Financeira (UIF) têm quadros que não percebem de regulação...

E os próprios legisladores. Não é fácil. Tem de ser com pessoas de especialização. O que eles fizeram foi tirar as pessoas que percebem das coisas para colocar quem não percebe. Alguém só pergunta o que sabe. Na banca, houve muito paraquedismo. Hoje, a banca e o sistema financeiro estão vulneráveis. Já alertei no passado que quem gere o nosso sistema financeiro são estrangeiros.

Que estrangeiros?

Os portugueses. Por isso é que hoje estamos a ter problemas. Não andamos por nós próprios. Não temos o sistema financeiro controlado por nós. O nosso sistema é gerido através de Portugal. Não tem como controlarmos. Por isso é que as nossas operações são divulgadas lá fora e aqui não sabemos delas.

Isso não lhe parece um problema de soberania?

Por um lado. Mas não temos pessoas capazes.

O problema então é a falta de quadros?

São os tais ‘lobbies’ que se criam. Os portugueses são os melhores gestores na banca.

Então contratámos os melhores?

Sim. Mas vulgarizamos a nossa informação. Quando trabalhei no BAI, interagi com os auditores externos como a Deloitte e a PWC, entre outras. E notei que eles aqui não trabalham a informação. Pedem a informação e tratam em Portugal. A nossa informação transportou-se de Angola para Portugal. Não temos hipóteses. As informações só não caem porque não querem divulgar e eles sabem quando o devem fazer. Quando querem fechar uma determinada torneira, fecham. Nós vamos buscar consultores lá fora. Têm toda a informação na mão.

Entrevista

Continuação da página 5

Em Angola, não temos também consultores capazes ou apenas não são contratados?

Só não contratam. Estes quadros não são tidos nem achados. Eles preferem um estrangeiro. Como já estamos habituados a fazerem-nos as coisas... Mas conseguimos. Somos nós que trabalhamos a informação. Eles apenas colocam umas figurazinhas e mais nada. Se o angolano disser que consegue fazer isso, eles dizem “nem pensar”. Mas, se for um estrangeiro, dizem que está bom. Mas quem dá a informação é o angolano. Eu trabalhei com auditores. Se tiver o privilégio de ter alguém que se dá com auditores, vai ouvir dizer que os auditores externos sem internet não trabalham. Se perguntar como se faz uma coisa, nunca vai dar resposta. Vai pedir para aguardar ou dizer que está a fazer um trabalho, mas não está a fazer um trabalho coíssima nenhuma. Está à espera da resposta de Portugal.

O que se devia fazer para que os quadros nacionais fossem reconhecidos?

Não será tão fácil. É uma questão de mentalidade e das pessoas estarem comprometidas com a pátria.

Acredita que ainda há mercado para mais bancos em Angola?

Ainda há espaço para mais. Costumo dizer que só três ou quatro bancos cumprem o seu papel. Não mais do que isso.

E os restantes?

Faltam bancos com mais especificidade. Bancos que vão para o retalho. O grande problema não são bancas institucionais, mas retalhistas. Quem está a passar mal é a população. Os bancos que estão no mercado não são especializados. Não existe banco de importação ou de empreendedores. Uns até têm escrito nos seus procedimentos. Mas, na prática, não. Muitos destes bancos também não têm dinheiro. O que vão fazer? Nada. Se a função tradicional do banco é captar depósitos e conceder créditos, esta função tradicional foi violada de algum tempo para cá.

Porque é que diz que foi violada?

Cada um faz o que quer. Ninguém toma medidas. Como não capta, os

clientes são os mesmos. Não concede créditos, claro que não vai ter dinheiro.

Actualmente, o maior cliente dos bancos é o Estado...

Para este caso, o BPC sentiu muitos problemas. O BPC devia ser o banco com mais dinheiro se as pessoas que fossem para lá conhecessem a função e o papel do banco como banco do Estado. O BPC é a área comercial do BNA. Mesmo assim, esta gente que vai para ali não sabe rentabilizar o dinheiro. Não sabem patavina. O BPC devia ser o maior banco deste país e rebentar com dinheiro pelas costuras.

De que forma esses responsáveis do BPC não o tornaram rentável?

Se organizassem o banco. Mas se o banco estiver bem, pensam que vão correr com eles. Porque certas instituições não evoluem? Porque foram politizadas.

Acha que é o caso do BPC?

Obviamente. Alguém que sequer tem 10 ou 20 anos de banco é administrador no BPC. Vês que é filho do fulano. Enquanto o Governo não deixar de politizar instituições, sobretudo do Estado, o BPC nunca vai ter rentabilidade. Está sempre com défice. As políticas são as mesmas. Vai ser recapitalizado.

O processo de recapitalização do BPC não vai dar resultados?

Quantas vezes é que o banco já foi recapitalizado? Desde 2016, quantos conselhos de adminis-

O investidor angolano não gosta de realizar capital. O BAI, por exemplo, cresceu como cresceu por causa do dinheiro da Sonangol.

O grande problema não são bancas institucionais, mas retalhistas. Quem está a passar mal é a população. Os bancos que estão no mercado não são especializados.

tração já passaram por aí? Estão a colocar políticos. Não precisamos de políticos, precisamos de técnicos.

E resolviam?

(A rir). Sem problema nenhum. Há pessoas que sabem. Mas, se for do partido ou sobrinho, não vai a lado nenhum. Quando o Ricardo de Abreu entrou no BPC, como presidente do conselho de administração, tínhamos um meio em que qualquer um de nós colocava as suas ideias directamente ao conselho de administração. Eu solicitei que, antes de se nomear alguém, se conversasse com esta pessoa para ver o que iria fazer de bom para a direcção. Aquilo deu uma bronca, porque o PCA a colocou em prática. Toda a direcção teve de falar sobre o seu departamento. As debilidades e sucessos. Depois, surgiram as exonerações de directores. A minha directora também foi exonerada. Foi uma lástima. Na minha direcção, eu é que fazia tudo. Quando foram para a defesa, não me levaram. Inclusive, falaram com um informático para tirarem toda a informação do meu computador. Disse que não tinha problema. No primeiro debate, não passaram. Deram outra oportunidade e também não passaram.

Houve uma terceira?

Não me levaram. Também não queria. No BPC, mudaram a minha fechadura e dependia de um trabalhador de limpeza para abrir a porta. Quando eram 16 horas, diziam que já era hora de sair.

Qual era a sua direcção?

Coordenação comercial. Não sabia quais eram os argumentos que usaram, mas eu, como dono do gabinete, não tinha a chave. Mas todos tinham. É incrível. Só vendo.

Ricardo de Abreu fez um bom trabalho no BPC?

Sim, sim. Ricardo de Abreu é muito forte na legislação. É muito forte na escrita. Mesmo no BAI, era assim. Ele investiga muito. Lê muito. No BPC, estava a tentar organizar. Mas, claro, era o PCA. Se não tiveres a tua equipa alinhada contigo, haverá sabotagem institucional. Não é possível. Estava sozinho. Foi preciso arrancá-lo daí e dar-lhe outras funções. Deixou aquilo a meio. Indicou-se o Alcides Safeca pela idade, que entendia apenas de Finanças. Eu sabia que teria muitas dificuldades, porque estava numa área que não era a dele.

CRÉDITOS À ECONOMIA

Muito se reclama dos bancos por causa do crédito à economia. Os bancos, por sua vez, reclamam dos processos. O que se financia serve? Deveria financiar-se mais. Os nossos bancos não falam com os clientes. Criam situações e dificuldades para darem os créditos.

O objectivo é mesmo criar dificuldades?

Criam dificuldades para que depois o cliente desista. Às vezes, nem respondem. Um processo de crédito fica lá 50 anos.

Melhorou com o aviso número 10 do BNA e o instrumento do Prodesi PAC?

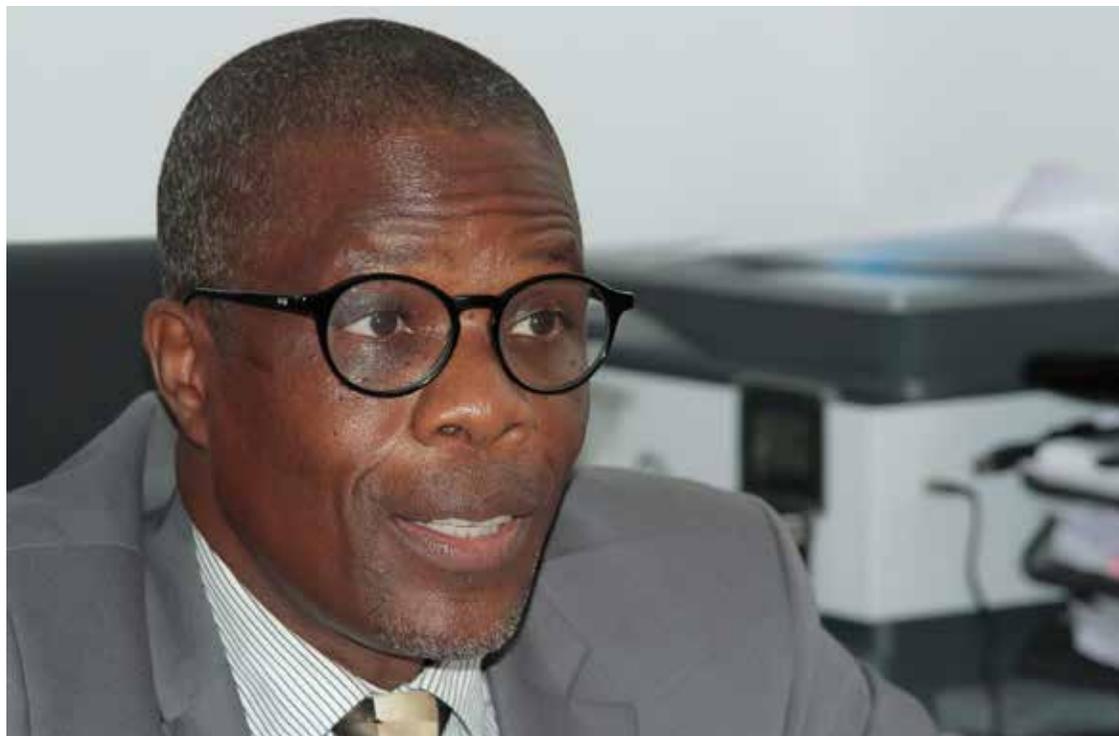
Alguns dizem que têm estado a ser multados. Têm mesmo? Se não costumam dar o dinheiro. Será que têm mesmo dinheiro?

Acha que não têm?

Não têm.

Os bancos têm anunciado lucros. Como não têm?

Aquilo é um relatório. São números fabricados e martelados. Do ponto de vista prático, não. Se dessem créditos, quais são as pessoas que costumam receber créditos então? Se tentarmos ir ao mercado e perceber quais são os projectos aprovados, nenhum foi aprovado. Criam situações. Se um deles não estiver envolvido nesse tal projecto, adeus!



Mário Mujigas © VE

“O BPC devia ser o banco com mais dinheiro se as pessoas que fossem para lá conhecessem a função e o papel do banco como banco do Estado.”



Mário Mujetes © VE

Tem de ter a participação de quem está à frente das instituições?

Infelizmente, funciona assim. O que me dói bastante.

Tem conhecimento de casos concretos?

Variadíssimos. Se não se bater à porta, não dão dinheiro. Por vezes, fico muito chateado. Alguns credores do Estado faliram por conta do Estado. É o Estado que deve e não paga. Quando querem pagar, primeiro, exigem que o cliente pague os impostos. Como vão pagar se o Estado deve? Devia ser o Estado a dizer que, como devem X, pagam e debitava o valor dos impostos.

É uma proposta feita há alguns anos pelos empresários, certo?

Sim. Tenho aqui muitos processos de dívida pública. Abordo o assunto

com todos os ministérios e governos provinciais. A nível do país, a instituição que mais está a cobrar dívidas é a minha empresa. Encontro esta dificuldade. Às vezes, sou eu que pago os impostos dos meus clientes. O Estado deve, por vezes, 19 ou 20 anos e não está nem aí. O empresário vai à Administração Geral Tributária (AGT) buscar o certificado de não devedor. A AGT obriga a pagar. Mas como vai pagar se não tem dinheiro? Há um projecto de uma carta de crédito de importação que estou a gerir com tudo bonitinho e factura autorizada para importar arroz e óleo alimentar. Recorremos a todos os bancos e nada. Pediram colateral. Como se vai dar colateral, se são um banco? Não sabem fazer dinheiro. O banco pode dar o dinheiro. Depois da venda, além do percen-

tual que se tem de pagar, pode-se pagar outro valor. O cliente possivelmente poderia aceitar. É uma forma de ajudar o próprio Estado. Fomos ao BAI porque trabalhei lá. A única coisa que o banco BAI fez foi abrir a conta do cliente a custo zero. Os analistas de crédito têm um procedimento errado. Cada banco é um banco, mas deviam arranjar procedimentos de acordo com o cliente e as suas necessidades. O banco tem de facilitar. Temos de arranjar um meio-termo. O cliente vai ao banco e não consegue crédito. Vai ao Ministério das Finanças por causa dos impostos. O próprio Estado deve ao credor e não paga.

O que acha dos processos dos bancos Abanc, Kwanza Invest, Banco Postal?

Estes bancos foram mal constituí-

dos. Se, naquela altura, tiveram facilidade de quem facilitou a licença, hoje as coisas mudam. Por vezes, os próprios responsáveis não eram idóneos. O banco é muito técnico. Muitos, como viram que havia rentabilidade, também criaram os seus bancos com o dinheiro que tinham. Sem saber que o dinheiro no banco é do cliente. Você apenas constrói o banco. São os clientes que alimentam os bancos. Ou se oferecem produtos que dão rentabilidade e o banco cresce ou fica-se sujeito a que se fechem as portas. Não foram buscar as pessoas certas. Os outros estavam a tentar impor-se no mercado, o que não é fácil. Pode-se até criar bons produtos para rentabilizar os produtos. Faltou confiança.

Quando fala dos produtos está a falar do Banco Postal?

Sim. A primeira coisa a ter em conta é a confiança. Não havendo, não há hipóteses. Quem está à frente do banco? Tem experiência? Por exemplo, Kundi Paihama conseguiu dinheiro através dos casinos e criou um banco. Quem eram os gestores? Deviam ir buscar quem sabe. Meteram as filhas e outros. Não percebem. Era preciso saber como rentabilizar. O Kwanza Invest, na altura, tinha uns privilégios. Foi buscar um gestor que não percebia como se deve fazer dinheiro. O investidor angolano não gosta de realizar capital. O BAI, por exemplo, cresceu como cresceu por causa do dinheiro da Sonangol. Quem são os sócios? Todos os PCA da Sonangol tem lá acções. Não realizaram capital nenhum. Dos salários chorudos, não tiraram nada. Tudo vinha da Sonangol.

Economia/Política

Foram inqueridos
um total de
2425 pessoas



Mário Muijates © VE

ESTUDO DA ANGOBARÓMETRO

9 em cada 10 angolanos contestam Tribunal Constitucional

SONDAGEM. Novo estudo da empresa liderada pelos especialistas Lokonde Luansi e Orlando Ferraz revela rejeição elevada das instituições do Estado que intervêm no processo eleitoral. Tribunal Constitucional, Comissão Nacional Eleitoral e imprensa pública são os principais visados. Adalberto Costa Júnior e Frente Patriótica Unida absorvem elevada solidariedade e não faltam avisos quanto ao que se espera do congresso da Unita.

Por Redacção

Quase nove em cada 10 angolanos têm uma opinião negativa sobre a justiça eleitoral do país e mais de oito em cada 10 nacionais consideram que a Comissão Nacional Eleito-

ral (CNE) realiza um trabalho “indigno e parcial”.

As conclusões constam do mais recente relatório da AngoBarómetro e resultam de uma pesquisa realizada entre 1 e 9 de Outubro, que abrangeu 2.425 inquiridos, 49% dos quais residentes em Luanda e 7% na diáspora.

Conforme os dados apurados pela consultora, os 89,07% de angolanos que genericamente têm uma “opinião negativa” sobre a justiça

eleitoral estão distribuídos entre os 61,64% que afirmam ter um nível de confiança baixo e os 27,43% que declararam ter “desconfiança razoável” no Tribunal Constitucional (TC). Apenas 6,39% garantiram possuir um nível de “confiança elevado” no Constitucional, ao passo que 4,534% não expressaram qualquer opinião.

Muito próxima dos níveis de rejeição do TC está a percepção dos angolanos quanto ao desempenho

da CNE. Do universo de inquiridos, 82,68% consideram o trabalho da instituição como “indigno e parcial”, o que contribui para o “descrédito” e para a conseqüente “contestação dos resultados eleitorais”. No extremo oposto, 5,97% das respostas dão nota positiva à CNE, caracterizando o trabalho desta entidade como “digno, imparcial e isento de qualquer interferência partidária”. Outros 11,34% não emitiram opinião.

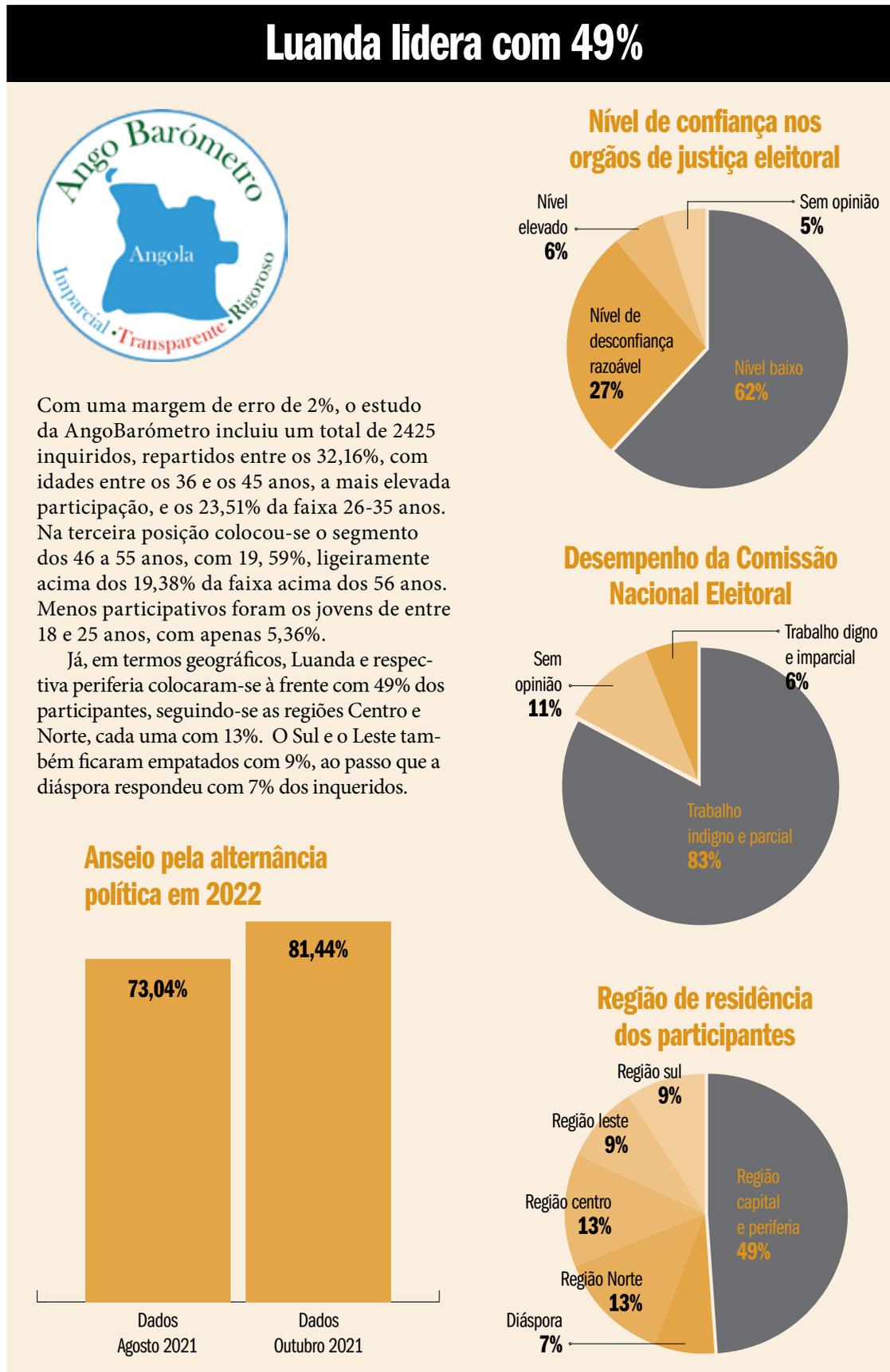
As justificações para a avaliação negativa do TC e da CNE, na óptica dos pesquisadores, também são muito semelhantes e apontam, sobretudo, para a “instrumentação” das instituições do Estado em benefício do partido no poder. No caso do Constitucional, “persiste na opinião pública uma percepção negativa pelo facto de existir e de se estabelecer uma ‘linkage’ entre as orientações indirectas, expressas pelo partido que sustenta a maioria

A ORGANIZAÇÃO não-governamental (ONG) Comité para o Jubileu da Dívida pede ao grupo das 20 economias mais industrializadas do mundo (G20) que fiquem mais atentos à questão do elevado endividamento dos países vulneráveis, face actual subida das taxas de juro a nível global.

parlamentar, e as decisões tomadas por esse órgão de justiça eleitoral”, escrevem os especialistas no relatório, sublinhando que “a instrumentalização veio ainda a ser reforçada pelo recente acórdão que anulou o XIII Congresso ordinária do maior partido na oposição, sem esquecer a não legalização de inúmeras agremiações políticas nos últimos tempos”. Quanto à CNE, a censura popular é explicada pela composição partidária que “não garante a realização de eleições livres, justas e transparentes”, opinião caucionada por 88,01% dos inqueridos contra os 6,59% não partilham desta apreciação. “O facto de a maioria dos eleitores ter uma percepção negativa dos órgãos de apoio ou de justiça eleitoral pode levar a um nível de abstenção nas próximas eleições gerais, enfraquecendo assim o processo de democratização em curso no país, pelo que os actores políticos devem procurar as melhores formas para recuperar a confiança do soberano primário”, alertam os analistas da AngoBarómetro.

FRENTE PATRIÓTICA FAVORECE ALTERNÂNCIA

Dados do relatório sinalizam um avanço de 8,4 pontos percentuais no conjunto de angolanos que anseiam pela mudança nas eleições do próximo ano, passando de 73,04% em Agosto para 81,44% em Outubro. E, segundo os analistas, este “aumento significativo” resulta do “efeito de solidariedade” para com a liderança da Frente Patriótica Unida (FPU), que viu Adalberto Costa Júnior condicionado na sequência da anulação do XIII congresso da Unita. “Uma esmagadora maioria de 81,44% afirma que a criação da FPU aumentaria as probabilidades da alternância política em 2022, enquanto apenas 11,13% acreditam que ela em nada afectará a maioria parlamentar do MPLA nas próximas eleições gerais de 2022 e 7,42% não se pronunciaram”, lê-se no relatório, que ressalta “a atitude conciliatória da direcção da Unita em respeitar a decisão judicial”, como uma decisão que reforçou “ainda aumenta mais o anseio pela mudança”. Para os analistas da AngoBarómetro, apesar da incerteza quanto ao futuro da plataforma, a FPU só poderá desempenhar o seu papel catalisador pela mudança, caso Adalberto Costa Júnior seja re-colocado na liderança da Unita no anunciado congresso deste par-



Com uma margem de erro de 2%, o estudo da AngoBarómetro incluiu um total de 2425 inquiridos, repartidos entre os 32,16%, com idades entre os 36 e os 45 anos, a mais elevada participação, e os 23,51% da faixa 26-35 anos. Na terceira posição colocou-se o segmento dos 46 a 55 anos, com 19,59%, ligeiramente acima dos 19,38% da faixa acima dos 56 anos. Menos participativos foram os jovens de entre 18 e 25 anos, com apenas 5,36%.

Já, em termos geográficos, Luanda e respectiva periferia colocaram-se à frente com 49% dos participantes, seguindo-se as regiões Centro e Norte, cada uma com 13%. O Sul e o Leste também ficaram empatados com 9%, ao passo que a diáspora respondeu com 7% dos inqueridos.

tido. “Uma outra figura a liderar o ‘Galo Negro’, nesta fase, será mal percebida pela opinião pública e descredibilizará o maior partido na oposição”, anotam.

MAIORIA APROVA DEVO-LUÇÃO DA LEI ELEITORAL

Se em relação ao TC e à CNE, a percepção dos inquiridos é esmagadoramente negativa, o quadro muda quando são questionados sobre a decisão do Presidente da

República em devolver à Assembleia Nacional a Lei eleitoral para um novo debate. Nas contas do relatório, 80,20% das respostas concordam com a necessidade de rectificações ao diploma, ao passo que 9,29 discordaram da decisão de João Lourenço, contra os restantes 10,51% que não emitiram opinião. Os números são um pouco mais dispersos quanto aos efeitos de um novo debate no parlamento sobre o diploma devolvido

pelo Presidente da República. “Na opinião de 11,95% dos inquiridos, esta decisão visaria a realização de eleições livres, justas e transparentes, enquanto 39,79% acham que ela vai obrigar a maioria parlamentar a encontrar consenso com os partidos na oposição. Por outro lado, 38,55% julgam que a mesma não influenciará a maioria parlamentar que manterá a sua postura e 9,69% não expressaram uma opinião”, referem os dados.

A mesma dispersão de opiniões é também verificada quanto ao que se espera do grupo parlamentar do MPLA, por altura da nova discussão no parlamento. Se 48,14% dos participantes prevêem que os deputados do MPLA dificultem o consenso “como manobra dilatória para a não realização de eleições livres, justas e transparentes nos prazos previstos na Lei Constitucional”, 38,86% estão optimistas em relação à solução consensual, ao passo que 6,59% acham que os parlamentares do maioritário vão entrar “em linha de colisão” com a direcção do partido. 6,41% dos inquiridos não manifestaram a sua opinião sobre esta questão específica. “Apesar desta votação descredibilizante contra o grupo parlamentar maioritário na Assembleia Nacional”, escrevem os analistas, “é pouco provável que o partido que sustenta o Executivo assumira uma atitude radicalmente conflituante com a sua liderança – pese embora as divergências internas – e tudo fará para demonstrar a coesão a poucos meses do seu congresso previsto para Dezembro próximo”, sustentam.

IMPrensa PÚBLICA NO ‘CAFRIQUE’ DO MPLA

O levantamento da AngoBarómetro, que inquiriu angolanos acima dos 18 anos (81,16% do sexo masculino e 18,84% do sexo feminino) não deixou de parte a avaliação da comunicação social pública, com conclusões que apontam para a existência de uma “democracia defeituosa” em Angola. Segundo o relatório, do total das respostas, 56,08% caracterizam o trabalho da imprensa pública como “parcial e a favor do partido maioritário no tratamento das questões políticas”. Outros 36,70% pensam que estes órgãos não asseguram “um tratamento equitativo entre as formações políticas concorrentes” e apenas 7,21% consideram a comunicação social pública como “excelente”, argumento que “tem contribuído para o fortalecimento do processo democrático” no país. “Com estas avaliações negativas dos órgãos de apoio eleitoral, de justiça e de comunicação social, pode-se concluir que o estado de democratização em Angola está deficitário, podendo ser classificado na categoria de ‘democracia defeituosa’”, finalizam os analistas.

Economia/Política

AVISO 1/15 DA ARSEG IGNORADO

Seguradoras insistem em não divulgar centros de reclamação e provedor de cliente

SEGUROS. Há seguradoras a violarem a orientação do regulador ao não informarem os clientes da existência do centro de reclamação e sobre a figura do provedor de cliente. É uma denúncia da provedoria dos clientes.

Por Guilherme Francisco



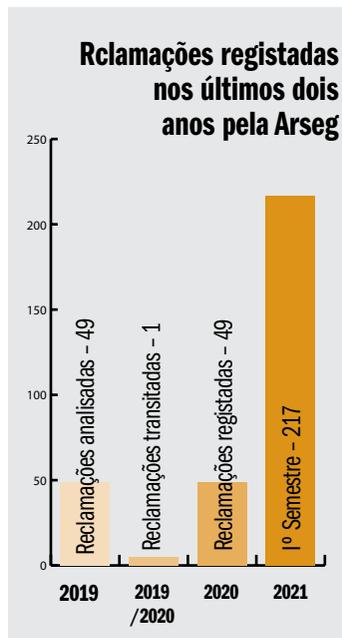
Algumas seguradoras não têm cumprido o aviso 1/15 da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg), que orienta a informar os segurados da existência de centro de reclamação e da figura do provedor de clientes, em caso de demora na resolução dos sinistros.

A denúncia é do provedor de clientes, Jorge Manuel, para quem a situação é resultado do tempo que as seguradoras levaram para considerar o aviso.

“O aviso obriga que, ao entregarem-se as apólices aos clientes, estes devem ser informados de que, em caso de reclamação, existe um centro de reclamações, com os contactos devidamente identificados. E, se o centro não der resposta à medida, noutra instância está o provedor de

cliente”, explicita o provedor, considerando “fundamental” que cada uma das seguradoras tenha o centro de reclamações, um órgão autónomo que reporta directamente ao conselho de administração.

Jorge Manuel não tem dúvidas de que a inobservância, desencadeada pela falta de organização interna, contribui para a demora na resolução dos sinistros. “É verdade que, muitas vezes, vamos ter situações de seguradoras que levam muito tempo para resolver os sinistros, isso tem que ver com a sua organização interna. A área de sinistros tem de ser funcional, rápida a resolver. A seguradora, quando os peritos fecham a investigação, tem 30 dias para a indemnização”, explica, sublinhando que “os sinistros demoram a serem regularizados porque, muitas vezes, os segurados não apresentam reclamação aos centros de reclamação das seguradoras”.



Jorge Manuel sugere aos segurados a fazerem seguros através de mediadores ou corretores, pelo facto de exercerem um “papel central” na divulgação de informação

e acompanhamento, na eventualidade de demora na resolução de sinistros ou renovação de seguros.

À semelhança do que consta dos dois últimos relatórios de reclamações da Arseg, o provedor recebe frequentes queixas no segmento automóvel, seguido da saúde e empresas.

De acordo com o relatório de reclamações do primeiro semestre deste ano, foram registadas 217 queixas de seguros, com destaque para o segmento não-vida. Das 17 seguradoras que reportaram as informações, a Saham Angola registou maior número de reclamações com um total de 103.

Para Jorge Manuel, nos últimos tempos, o sector dos seguros não tem crescido por conta da crise que levou as famílias a preocuparem-se mais com questões alimentares. E observa que os valores dos prémios foram ajustados tendo em conta o ajuste cambial. “Pode estar

Seguradoras com mais queixas no 1º semestre de 2021

Nossa Seguros	16
Sol Seguros	0
Mundial Seguros	0
Fidelidade	0
Tranquilidade	1
Stas	0
Protteja	9
Internacional	0
GIANT	3
Global	5
Ensa	35
Confiança	11
BIC	0
Liberty & Tevo	3
Bonws	31
Sanlam	103
Aliança	0

Seguradoras com mais queixas em 2020

Sanlam	8
Global	5
Tranquilidade	4
Protteja	4
Fidelidade	3
Confiança	3
Providência	3
Nossa Seguros	2
Bonws	2
Master	2
Ensa	1
Mundial Seguros	1
Garantia	1
Fortaleza	1
Liberty & Trevo	1

a parecer que temos mais prémios, mas, na verdade, não temos. Não houve um crescimento dos prémios brutos, o que houve foi uma desvalorização da moeda, que fez com que as seguradoras aumentassem o valor dos prémios”, refere, apontando como uma das razões a implementação do IVA.

Mercados & Negócios



Desde 2019
a produção
perdeu 392
mil barris/dia

PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Aumento nos dois últimos meses não salva queda do trimestre

BALANÇO. Produção diária, entre Julho e Setembro, regista redução de 6 mil barris, comparativamente ao trimestre anterior. E como resultado, produção diária quedou de 1,111 milhões registados entre Abril e Junho para 1,105 milhões de barris no terceiro trimestre.

Por César Silveira

A pesar de registar aumentos mensais em Agosto e Setembro, a produção petrolífera do país, no terceiro trimestre do ano, manteve a tendência decrescente trimestral, iniciada no primeiro trimestre de 2019.

Em termos mensais, a produção aumentou, em Setembro, 17 mil barris/dia, sobre a média diária de 1,116 milhões de barris registados em Agosto, mês em que também se registou um aumento de 49 mil barris/dia, face a Julho, interrompendo uma tendência decrescente

que durava vários meses.

No entanto, os referidos aumentos foram insuficientes para corrigir a trajectória decrescente trimestral. Nos últimos três meses, registou-se uma redução de 6 mil barris diários, face ao segundo trimestre, passando de 1,111 para 1,105 milhões de barris. Desde o primeiro trimestre de 2018, Angola registou interrupção na tendência decrescente da produção no último trimestre do mesmo ano, quando a produção terminou em 1,501 contra os 1,472 milhões de barris/dia do terceiro trimestre de 2018. No primeiro trimestre de 2019, a produção voltou a cair, terminado em 1,443 milhões de barris/dia. Desde então, a produção petrolífera angolana perdeu já 392 mil barris/dia.

Se comparada à produção de 1.220,5 mil barris/dia estimada no OGE, registou-se uma perda de 115,5 mil barris dias.

QUEDA ALTAMENTE COMPENSADA

No entanto, a diferença de 115,5 mil barris/dia foi compensada pelo preço médio estimado no mesmo período, que esteve 35 dólares acima dos 39 dólares inscritos no Orçamento Geral do Estado. Segundo cálculos do Valor Económico, com base aos dados da OPEP, o preço médio do Brent no trimestre foi de 74,1 dólares. Em termos de receitas brutas diárias, Angola arrecadou cerca de 81,8 milhões dólares.

No discurso sobre o Estado da Nação, o Presidente da República

Produção entre 2018 e 2021

1 Trimestre 2018	1,562
2 Trimestre 2018	1,493
3 Trimestre 2018	1,472
4 Trimestre 2018	1,501
1 Trimestre 2019	1,443
2 Trimestre 2019	1,420
3 Trimestre 2019	1,390
4 Trimestre 2019	1,351
1 Trimestre 2020	1,388
2 Trimestre 2020	1,267
3 Trimestre 2020	1,215
4 Trimestre 2020	1,176

estimou “um aumento da receita na ordem dos 26% relativamente ao OGE do corrente ano” como resultado da “evolução do preço do petróleo no mercado interna-

cional”. A receita fiscal petrolífera estimada no OGE é de 4,06 biliões de kwanzas, cerca de 5,54 mil milhões de dólares.

João Lourenço revelou que o Executivo perspectiva utilizar a receita excedente “para reforçar a posição da Conta Única do Tesouro mediante a constituição de reservas mínimas de tesouraria, garantir um reforço orçamental para a execução de projectos do Programa de Investimentos Públicos enquadrados no OGE 2021, mas que não têm fonte de financiamento garantida, aumentar o quadro de pessoal nos sectores da saúde e da educação, e proceder ao pagamento de dívida atrasada de anos anteriores”.

DEPOIS DE TERMINAR o primeiro semestre com lucro de 29 mil milhões kwanzas, o Banco BAI registou, no terceiro trimestre do ano, lucros de 74 mil milhões de Kwanzas, segundo o seu balancete trimestral.

PANDEMIA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS AFECTAM PROJECTO

Receitas da Agro-Quiminha recuam 80% desde 2020

AGRO-NEGÓCIO. Empresa gestora do projecto agro-industrial viu a facturação quebrar para os 60 milhões de kwanzas. Em causa, a pandemia e o mau ambiente de negócios.

Por Júlio Gomes

O Projecto Agrícola Integrado e Regional da Quiminha, situado no município de Icolo e Bengo, em Luanda, regista acentuada redução da produção e, por arrasto, as receitas caíram também de forma abrupta. A facturação de 300 milhões de kwanzas anuais caiu 80% desde o início da pandemia, em 2020, fixando-se agora nos 60 milhões de kwanzas.

Fonte ligada à gestão do projecto garante, no entanto, que o mesmo se mantém “viável”, desde que haja um bom ambiente de negócios. “Estou a falar, por exemplo, do acesso ao crédito bancário, ou mesmo às divisas que já temos nas contas, para a

aquisição de matérias-primas e equipamentos. Estou a falar também da excessiva burocracia. Todas estas variantes, associadas à pandemia, inviabilizam o funcionamento das empresas”, argumenta.

O funcionário de topo da Agro-Quiminha afirma mesmo que, “por esta altura, a empresa está a cair aos bocados”. E, sem dar voltas à cabeça, indica que “se perdeu 80% da capacidade de produção cujas metas, desde 2012, estavam fixadas em 25 milhões de ovos, oito mil toneladas de banana e quatro a cinco mil toneladas de milho por ano, e mais de 1.000 toneladas de outros produtos como legumes”.

Reiterando que “a pandemia veio complicar”, mas também, “o ambiente de negócios que tem sido muito adverso”, a fonte critica o sistema bancário e as políticas governamentais que “estão a levar à falência” as empresas. “A cada dia estão

60

Milhões kwanzas, receita prevista para 2021

a fechar empresas, e perdem-se postos de trabalho. Se se continuar nesse estado de coisas em que praticamente não há crédito para os empresários com talento, e que só as empresas orçamentadas é que funcionam, a agricultura não vai acontecer”, reitera, advertindo que o projecto Agro-Quiminha “perdeu capacidade de compra” e “está de rastos”, de modo que faz-se necessária uma saída. “Se uma empresa não consegue comprar ou compra mal e menos, tam-

bém produz menos, logo estará condenada ao fracasso. É neste aspecto onde reside o segredo”, defende a fonte, que lamenta o despedimento de 330 trabalhadores dos 670 que faziam parte deste empreendimento inaugurado em 2012 pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Olhando ainda para as contas, o projecto gasta, por mês, pouco mais de 40 milhões de kwanzas, despesa que, associada aos custos operacionais, como aluguer de máquinas e impostos, deixa a empresa “sem margem de manobra”. O projecto Agro-Quiminha compreende 300 fazendas, 11 pivots de rega, 500 hectares de fazendas privadas e dois aviários com uma capacidade para 30 mil pintos e 90 mil poedeiras. Mas os aviários estão praticamente desactivados. Operacional está um reservatório de retenção com 300 milhões de litros de água e outro

de distribuição com capacidade para 30 milhões de litros de água.

INVESTIMENTOS DE 10 MILHÕES USD

Para garantir a auto-suficiência do projecto, a Agro-Quiminha investiu cerca de 10 milhões de dólares num centro logístico e numa fábrica de ração, entretanto paralisada por falta de milho e de soja. Mas, desde a sua criação, o Governo já investiu mais de 146 milhões de euros na infra-estruturação deste pólo agrícola e industrial entregue, em 2016, à Agro-Quiminha para um período de gestão de sete anos.

No arranque, o projecto contou com o suporte técnico dos israelitas do grupo Mitrelli, os mesmos que estão na ‘Aldeia Nova’, no Waco Kungo, Cuanza-Sul. “Se o Governo pretende uma agricultura de escala, e garantir o abastecimento interno, precisamos de replicar iniciativas com o mesmo formato em todas as províncias”, defende a fonte.



DE JURE



EX-ADMINISTRADOR Julgamento na Huíla retomado em Novembro

O julgamento de Silvano Levy, ex-administrador do Lubango, vai ser retomado a 3 de Novembro, após a suspensão da primeira sessão, na semana passada, por razões técnicas, avançou à Angop, uma fonte da Procuradoria-Geral da República (PGR) na Huíla.

O arguido esteve detido por seis meses e foi solto este ano com termo de identidade e residência. Na segunda-feira passada deu-se início ao julgamento, mas o juiz da causa suspendeu-o devido à ausência da maioria dos declarantes. Além do réu, de acordo com a fonte da PGR, na sessão suspensa, tinham sido já ouvidos cinco declarantes, como o ex-administrador do Lubango, Francisco Barros, que sucedeu Silvano Levy no cargo.

Fazem igualmente parte dos ouvidos um fornecedor de automóveis, um tio e duas primas do arguido, arrolados no processo por usarem viaturas do Estado, já apreendidas pela PGR.

De 52 anos, o antigo administrador Silvano Levy foi detido em 2020 pelo SIC por indícios de crimes de peculato, violação das normas de execução do plano e orçamento, branqueamento de capitais, prevaricação e participação económica em negócios.

ESCLARECIMENTO DA PGR

Queixa-crime contra ACJ “sem pernas para andar”

A Procuradoria-Geral da República (PGR) garante não existir qualquer processo de inquérito aberto contra o destituído líder da Unita, Adalberto Costa Júnior, porque se trata de um assunto que “não tem pernas para andar” e, por isso, “foi arquivado”.

De acordo com o porta-voz da PGR, Álvaro João, em declarações ao NJ, a medida justifica-se porque “os factos apresentados pelo queixoso – Rui Galhardo – não reúnem os elementos bastantes que preenchem o tipo legal de crime de homicídio na sua forma tentada, o referido expediente foi arquivado”.

“Os factos imputados ao engenheiro Adalberto Costa Júnior não tinham sustentação sufi-

ciente para configurar a prática do crime de homicídio na sua forma tentada”, reforçou Álvaro João àquele jornal.

Na passada semana, o jornal português ‘Público’ escrevia que a PGR, na segunda ou terça-feira, iria investigar a queixa-crime apresentada em Março contra Adalberto Costa Júnior, por tentativa de homicídio.

Segundo o jornal português, o timing da decisão tinha que ver com o facto de a comissão política da Unita ter reunião marcada para amanhã, quarta-feira (20) para programar a data do novo congresso do partido, depois de o Tribunal Constitucional ter anulado no dia 7 de Outubro o de 2019 e, em consequên-

cia disso, a eleição de Adalberto Costa Júnior para presidente do partido.

Galhardo Silva, que se apresentou como militante de quatro décadas do partido do ‘Galo Negro’, disse que, nas cerimónias oficiais dos 55 anos da criação do maior partido na oposição, realizadas no Uíge, temeu pela vida. Na altura, disse ao Jornal de Angola que ACJ pôs a circular que ele transportava armas e ele viu-se, de repente, rodeado de militantes furiosos com a informação. Adalberto Costa Júnior, no entanto, acredita tratar-se apenas de mais uma das muitas manobras dos serviços secretos do Estado a trabalhar em prol do partido no poder.



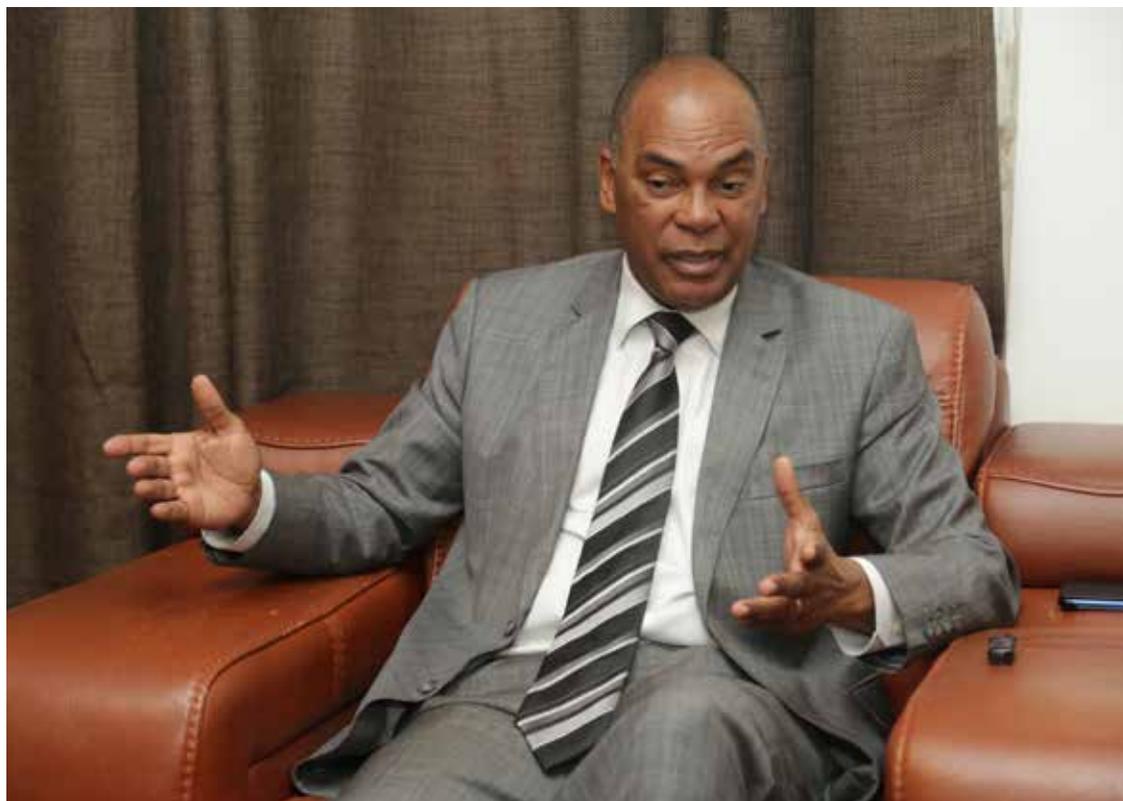
SÃO TOMÉ

Falta de juizes condiciona processos

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça (TSJ) são-tomense lamentou esta terça-feira que a quantidade de processos e falta de juizes tenha levado ao atraso de mais de dois meses na notificação da providência cautelar contra a eleição no Tribunal de Contas.

Segundo o presidente do STJ, “o índice de processos que sobe para o Supremo Tribunal de Justiça é demasiado”, considerando que “a população são-tomense ganhou o hábito da judicialização” e apresenta recursos com mais frequência.

O presidente do STJ explicou que “a lei diz que o Supremo tem a composição de oito juizes”, mas a instituição “só tem neste momento três juizes e mais um que está jubilado”.



TOP 10 DOS MAIS RICOS PROPRIETÁRIOS DE CLUBES DESPORTIVOS

Luta de árabes pelo topo

Ao comprar, no início deste mês, o Newcastle, da Inglaterra, por cerca de 353 milhões de euros, Fundo de Investimento Saudita, pertencente à família real saudita, liderada pelo príncipe Mohammad bin Salman, colocou-se no topo da lista dos mais ricos entre os proprietários de clubes, destronando o também saudita Sheikh Mansour, proprietário do Manchester City.

No top 10, surge outro nome dos Emirados Árabes Unidos, Qatar Sports Investments, que pertence a Tamim bin Hamad Al-Thani, emir do Catar, proprietário do Paris Saint-Germain, de França. O russo Roman Abramovich, Chelsea, que durante anos liderou a lista, ocupa agora a 5.ª posição.



380 mil milhões de euros
Fundo de Investimento Saudita. Pertence à família real saudita, liderada pelo príncipe Mohammad bin Salman. O gestor e presidente é Yasir Al-Rumayyan.
Clube: Newcastle (Inglaterra)



27,4 mil milhões de euros
Pertence a Sheikh Mansour. Clubes: Manchester City (Inglaterra) New York City (EUA) e Melbourne City (Austrália)



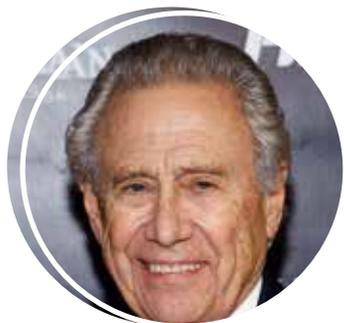
18,5 mil milhões de euros
Pertence ao empresário austríaco, dono da marca Red Bull Clubes: Dietrich Mateschitz, RB Leipzig (Alemanha), RB Salzburg (Áustria) e New York Red Bulls (EUA)



13 mil milhões de euros
Pertence ao italiano Andrea Agnelli (e família Agnelli). Clube: Juventus (Itália)



11,3 mil milhões de euros
Pertence ao empresário russo Roman Abramovich
Clube: Chelsea (Inglaterra)



9,6 mil milhões de euros
Pertence ao norte-americano Philip F. Anschutz
Clube: Los Angeles Galaxy (EUA)



8 mil milhões de euros.
Pertence ao norte-americano Stan Kroenke
Clubes: Arsenal (Inglaterra) e Colorado Rapids (EUA)



7,6 mil milhões de euros
Qatar Sports Investments. Pertence a Tamim bin Hamad Al-Thani, emir do Catar. Presidente-executivo Nasser Al-Khelaifi
Clube: Paris Saint-Germain (França)



7,3 mil milhões de euros
Pertence ao grupo chinês Suning Holdings Group e à empresa italiana Pirelli
Clubes: Inter de Milão (Itália), Zhang Jindong



6,1 mil milhões de euros
Pertence ao grupo Fosun, liderado pelo empresário Jeff Shi
Clubes: Wolverhampton (Inglaterra), Guo Guangchang

(In)formalizando

ESQUEMA COM CERTIFICADOS DA COVID-19

Cartão sem toma da vacina custa 8 a 15 mil kwanzas

CORRUPÇÃO. Esquema está montado em vários postos de vacinação de Luanda e, em alguns, conta com a participação de efectivos do Ministério do Interior. Quem não quer tomar a vacina pode pagar oito a 10 mil kwanzas para obter cartão de vacina com certificação. Serviço de Investigação Criminal (SIC) confirma a prática criminosa recorrente.

Por Guilherme Francisco

Em Angola, surge um esquema de corrupção nos postos de vacinação que atesta a vacinação de cidadãos que nunca foram imunizados, conforme apurou o VALOR nos postos da Cidadela Desportiva, Zango 3, Cazenga e Viana.

O esquema é liderado por quem trabalha nos postos de vacinação, voluntários, agentes dos bombeiros, polícia e profissionais de saúde. Mas tudo através de intermediários, geralmente jovens que ficam a controlar o movimento nos centros com a ‘capa’ de prestarem serviços de cadastramento para quem não o fez. Estes anunciam a proposta de facilitação do cartão sem tomar a vacina ou ainda tomar sem aturar as longas filas, conforme se constata na Cidadela Desportiva e no Zango. Os preços dos cartões variam entre os 10 e os 15 mil kwanzas, mas, com negociações, podem chegar aos oito mil kwanzas.

Por exemplo, em Viana, na Casa da Juventude, um profissional, que alega estar associado à delegação municipal de saúde para dar segurança, garante a entrega do certificado depois de assinar a segunda dose. Tudo é feito, segundo garante, “dentro dos procedimentos normais”. Ou seja, os dados são colocados no sistema. Entrega o cartão assinado com a primeira dose. E aí já consta a data prevista para a suposta segunda dose e ainda com a promessa de entrega do certificado. Por isso, cobra 15 mil kwanzas dispensando cerimónias de ‘batimento’.



No entanto, no Zango, na Cidadela Desportiva e no Cazenga, o preço chega a ser relativamente mais baixo, negociado entre os oito e os 10 mil kwanzas. O negócio não é feito só com quem acorre aos centros, mas também com pessoas próximas, familiares e amigos que não querem tomar a vacina. Os familiares dos operacionais são dispensados de pagar, mas recebem os cartões e certificado ao domicílio.

O esquema não poupa o maior centro de vacinação da capital, o Paz Flor. Ao VALOR, a coordenadora Felismina Neto confirma ter apanhado em flagrante, por duas

vezes, vendas de cartão de vacina. “A primeira situação foi um utente que veio subornar um funcionário e os dois foram apanhados. Encontrei os dois em posição suspeita, ele a entregar os documentos. Como ele se negou a fazer a vacina, conclui que era questão de suborno”, recorda.

Uns dias depois, voltou a apanhar um casal de voluntários no esquema. Até possuíam códigos de barras que podiam gerar o certificado. “Felizmente, tenho colegas que estão a fazer monitorização do sistema, foram apanhados e levados à polícia. Aqui, a pessoa que eu apanho tomo medidas na hora, chamo

Tomar vacina só com mil kwanzas na mão

Um outro esquema de corrupção é o pagamento para a toma da vacina, desencadeada pelas longas filas registadas, sobretudo na semana passada, nos postos de vacinação que tiveram grande adesão a seguir às restrições impostas. Na Casa da Juventude de Viana, surgem acusações, de quem conseguiu os certificados, de que há agentes envolvidos. Cobram mil kwanzas por um atendimento célere. O mesmo preço é praticado na Cidadela Desportiva. Diferente de Viana, aqui quem actua são os intermediários. Segundo um deles, só ‘trabalha’ das 8 às 12 horas e o valor é dividido com uma enfermeira.

O mais caro para furar a fila chega a ser na praça do KM 30, em Viana. São cobrados de 1.500 a dois mil kwanzas e os fiscais do mercado são os intermediários. Segundo uma fonte, um agente dos bombeiros foi apanhado em flagrante e delicto, mas, no dia seguinte, voltou ao posto. No entanto, o SIC não confirma essa detenção no mês passado.

a polícia”, deixa claro, garantindo que não “brinca em serviço” porque até com os agentes da polícia são “rígidos”.

COMPRA DE CARTÕES RECORRENTE, DIZ SIC

O porta-voz do Serviço de Investigação Criminal (SIC), Manuel Halaiwa, revela que “prática tem sido recorrente” e que até conhece casos de pessoas, dentro do sistema, que introduzem nomes para cartões e certificados da vacina. Dá o exemplo das recentes detenções de um subchefe dos bombeiros e de um agente voluntário da Associação Jucarente.

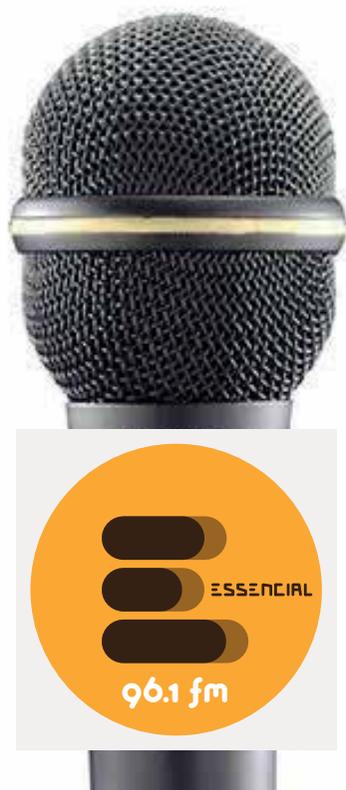
“Da investigação, o SIC apurou que os indivíduos se aproveitaram da sua posição para inserir, desde o princípio de Setembro, no sistema informático nomes de diversos cidadãos, entre pessoas da família, amigos e de alguns expatriados, sobretudo de nacionalidade libanesa, sem que lhes fossem administradas as vacinas, tudo isto em troca de favores para empregar familiares”, lê-se no conteúdo disponibilizado por Manuel Halaiwa.

De acordo com a Our World in Data, o centro que controla a estatística mundial de vacinação, 3,9% da população angolana já está vacinada num universo de mais de 4,45 milhões de doses administradas. A meta do Governo é vacinar 60% da população elegível até o final do ano.

Por causa das enchentes nos postos, o Governo prorrogou até ao dia 1 de Novembro, a entrada em vigor das regras que proíbem o acesso a instituições públicas sem o cartão de vacina, enquadrada nas medidas de prevenção e controlo da propagação do vírus SARS-COV-2 e da Covid-19.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

Este ano marca o 100.º aniversário da fundação do Partido Comunista da China. À luz da liderança do PCCh, a China construiu uma sociedade moderadamente próspera de forma geral e resolveu historicamente o problema da pobreza absoluta. Através da abertura contínua ao exterior, a China tornou-se a segunda maior economia do mundo, o maior país da produção industrial, o maior país de comércio de mercadorias e o maior país de reserva de divisas, com contributo superior a 30% para o crescimento económico mundial ao longo dos anos correntes. A reforma e a abertura da China reduziram significativamente a pobreza do mundo.

De acordo com o livro branco intitulado 'Sociedade Moderadamente Próspera na China' recentemente publicado pelo governo chinês, ao longo dos últimos 40 anos, 770 milhões de pessoas carenciadas nas regiões rurais na China deixaram a pobreza de acordo com os actuais padrões. Conforme os padrões do Banco Mundial, a redução da pobreza da China representava mais de 70% da população global que deixou a pobreza durante o mesmo período. Isto significa que foi alcançado 10 anos antes do previsto o objectivo de redução da pobreza na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A pobreza é um dos maiores desafios para o desenvolvimento e a governança global. Sendo o maior país em desenvolvimento do mundo, a China há muito tempo enfrenta esse flagelo. Então, qual é o código de erradicação de pobreza da China?

Em primeiro lugar, seguir uma filosofia centrada nas pessoas. Como a erradicação da pobreza é uma das prioridades do Estado, essa agenda está sempre presente em planos de desenvolvimento a médio e longo prazos, a fim de assegurar a coerência das políticas e a estabilidade dos apoios financeiros. Há planos de acção em todas as esferas de governo, além de um completo mecanismo de concretização.



O código chinês de erradicação de pobreza

Segundo, adoptar estratégias objectivas e adequadas. Diferentemente do assistencialismo tradicional, a China adoptou uma abordagem por meio de promoção de desenvolvimento, com táticas mais precisas para impulsionar a melhoria das condições de desenvolvimento das áreas pobres e elevar o nível de escolaridade e de qualificação laboral da população carente. Tendo em vista as diferenças regionais e demográficas, foram tomadas medidas bem direccionadas: desenvolvimento industrial, realocação da população de áreas inóspitas, compensação ambiental, melhoria da educação, treinamento vocacional e seguridade social.

Xinjiang, por exemplo, a maior região autónoma da China em extensão territorial, com 1.66 milhões de km² e em percentagem de popula-

A pobreza é um dos maiores desafios para o desenvolvimento e a governança global.

ção de minorias étnicas, tinha também vários bolsões de pobreza. Na região onde há maiores produtores de uva e melão, o governo local promove tecnologias de conservação e transformação para aumentar o valor agregado desses produtos. Também são oferecidos cursos de lapidação de jóias, aproveitando-se do recurso mineral de jade. Já nas áreas produ-

toras de algodão são difundidas técnicas têxteis e o manejo de colheitas mecanizadas. Nos últimos 60 anos, um total de 3.89 milhões de habitantes locais saíram da pobreza, o PIB per capita de Xinjiang aumentou quase 40 vezes e a esperança de vida subiu de 30 para 72 anos.

Terceiro, convergir esforços conjuntos. Para completar a meta de erradicar a pobreza, a China implementou um sistema abrangente, que conta com a participação do governo, da sociedade e do mercado. Por meio de incentivos tributários e outras políticas, promoveu o fluxo de talentos, capital e tecnologia de 342 localidades mais desenvolvidas do Leste para 570 destinos menos favorecidos no Oeste. Estimulou ainda empresas privadas, organizações sociais e indivíduos a contribuírem, conforme as

suas vantagens, para a redução da pobreza por via da indústria, ciência e tecnologia, educação, cultura, saúde e consumo. Ao mesmo tempo, valendo-se da tecnologia digital, foram incentivadas novas formas de negócios, como comércio electrónico rural e ecoturismo, para motivar o empreendedorismo e a criatividade na população de baixa renda.

Quarto, promover a cooperação internacional. Desde a fundação da República Popular em 1949, a China disponibilizou mais de US 60 bilhões para ajudar quase 170 países e organizações internacionais, implementou mais de 5 mil projectos de assistência externa, apoiando os países em desenvolvimento na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O governo chinês criou o Fundo China-Nações Unidas para a Paz e o Desenvolvimento e o Fundo de Amparo à Cooperação Sul-Sul, impulsionando a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. A iniciativa chinesa 'Cinturão e Rota' também ajuda os países parceiros no combate à pobreza. O Banco Mundial prevê que parcerias no âmbito dessa iniciativa ajudarão a tirar 7,6 milhões de pessoas da pobreza extrema e 32 milhões da pobreza moderada.

Recentemente, o Presidente Chinês Xi Jinping propôs a Iniciativa de Desenvolvimento Global no debate geral da 76.ª sessão da Assembleia-Geral da ONU, apelando à aceleração da implementação da Agenda 2030 para um desenvolvimento global mais forte, mais verde e mais equilibrado e uma comunidade global de desenvolvimento com futuro compartilhado. A iniciativa, que não só se trata de um resumo da experiência do próprio desenvolvimento da China, mas também corresponde às necessidades do desenvolvimento dos outros países, é aberta a todo o mundo, e acolhe bem a adesão de todos os países, incluindo Angola.

África é bom irmão, bom amigo e bom parceiro da China. Para os países africanos, a China sempre presta elevada importância à partilha da sua experiência. Na base no respeito pelo direito dos povos a escolherem o seu próprio caminho de desenvolvimento, a China está disposta a trabalhar com Angola e os demais países para fortalecer o intercâmbio e a cooperação na redução da pobreza, unir forças para construir uma comunidade de futuro, compartilhado com vida digna e progresso comum.

Se em 2015 nos dissessem que o valor das rendas em Luanda iria baixar 75% ninguém iria acreditar.

Angola e o imobiliário: Olhar para a crise como uma oportunidade ‘única’



João Moura,
Associate Partner
EY, Head of Real Estate, Hospitality, Construction & Infrastructure



Jorge Moreira,
Manager EY,
Strategy and Transactions

isso que o segredo do imobiliário é o planeamento e a aposta num futuro longínquo e cheio de incertezas.

Sendo o maior país de África voltado para o Atlântico com uma linha costeira de 1.250 quilómetros, Angola tem um enorme potencial de desenvolvimento que, se bem planeado hoje, poderá ser um dos mercados com maior sucesso dentro de 20 anos.

Se em 2015 nos dissessem que o valor das rendas em Luanda iria baixar 75% ninguém iria acreditar. Mas tanto é verdade o que aconteceu, como hoje, com a retoma das empresas petrolíferas, já não existem apartamentos disponíveis em Talatona para arrendamento. Assistimos a um mercado extremamente dinâmico e que deve aproveitar este dinamismo para criar um ordenamento com maior sustentabilidade e buscar ‘segmentos’ não dependentes apenas da indústria do Petróleo.

O potencial existe, apenas ainda não foi explorado de forma organizada. Aproveitar esta crise é fundamental para todos os stakeholders do sector, começando pelo Estado, os municípios, os promotores e os investidores.

O QUE DEVE MUDAR:

Ordenamento do Território – Criar Unidades de Desenvolvimento Urbano (UDU) com a integração do Estado, municípios, sistema financeiro e promotores irá permitir uma estratégia concertada focada em melhorar as acessibilidades, a arquitetura e a qualidade dos empreendimentos imobiliários.

Sustentabilidade – O tempo de mudar é hoje, evitar os erros de outros países deve ser um objetivo e pensar na sustentabilidade do País através do imobiliário e do turismo deve ser uma missão.

Promoção e qualidade – Parar o licenciamento de novos projectos imobiliários, obrigar a que se demonstre a verdadeira viabilidade dos projectos e dar preferência à reabilitação de edifícios devolutos ou à reconversão de projectos abandonados é imperativo. Não deveria ser permitido erguer novas estruturas de betão quando existem dezenas que se encontram inacabadas.

MOVING TO ANGOLA

Ter em mente que o mundo está a mudar e a flexibilidade do trabalho a partir de casa (os denominados nómadas digitais) vai incentivar o ‘experientiar’ novas culturas, novas formas de viver e conhecer o mundo. Estima-se que oflexiworking venha a contribuir para um novo mercado de turismo baseado em estadias de médio e longo prazos (entre 6 e 12 meses). Estamos preparados para os acolher?

Angola pode vir a ser a pérola de África no imobiliário e turismo, é necessário capital, vontade e organização.

Este artigo terá a sua repercussão dentro de 20 anos, é por



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A semana que passou foi de discurso sobre o Estado da Nação e, como era expectável, só um moroso desconversar de alto nível poderia distrair do tal estado do Estado. Sobretudo um desconversar que mascare a facilidade com que num país que vai na sexta recessão – cuja economia é refém de um desemprego galopante, que enfrenta uma seca violenta, muita fome que já não se restringe às regiões afectadas pela seca mas que se espalha por todo o país, um país que tem uma falta crónica de infra-estruturas de saneamento que desincentivam o investimento, que não fornece água, ou energia de forma sustentada – só um desconversar de alto nível pode tentar mascarar decisões de alocar vários milhões de dólares a supérfluos como compras de instalações para ministérios, ou apartamentos e Lexus para o sector da justiça que se quer manter manietado. E agora pergunto eu, com tanta apreensão de prédios instalações e afins, ainda é preciso comprar apartamentos e escritórios para servidores públicos? Mas o que raio se passa que o Governo anda tão dissociado da realidade depauperada do país e até do seu próprio discurso de sucesso? Se o combate à corrupção em quatro anos tem registo de sucesso, milhões apreendidos, porque não é visível o benefício para os cofres públicos que ainda é preciso nesta altura comprar instalações para servidores públicos?

A semana passou também ani-



mada pelos mujimbos de candidaturas ao MPLA, que habituado que está a candidaturas únicas e indicações sem escrutínio, conseguiram marcar a actualidade pelo menos com alguma esperança de democracia interna que possa então resvalar e servir de exemplo para o país...

Ouviram-se os nomes de candidatos, como o engenheiro Venâncio, que assumiu a sua candidatura, Boavida Neto, que publicamente já desfez a ilusão citando “gente má” e Irene Neto, que supostamente terá feito o mesmo outro nome foi o de Higino Carneiro, um dos que volta e meia é intimidado com textos sobre investigações provavelmente pela tal justiça manietada (dos apartamentos e Lexus)... Um inédito no seio dos camaradas, mas que fez pouco por mascarar a real preocupação do partido,

e a real preocupação do partido não é quem o encabeça, mas como se manter no poder face ao desgaste das décadas de gestão contínua e face a uma oposição mais organizada. E esta preocupação torna-se tão mais evidente, quanto mais se ataca a oposição. Chamam-lhes arruaceiros, desorganizados, belicistas e o discurso faz mais ricochete à medida que não vão tendo resposta do outro lado que parece andar preocupado em falar com o povo, deixando o maioritário basicamente a discutir sozinho.

E é vê-los discutir horas a fio, discorrer sobre aspectos mais ou menos irrelevantes da vida do partido alheio nos meios públicos, é vê-los conjecturar quem vai fazer sombra a quem entre Adalberto e Abel, se a plataforma é o quê formalmente (para se saber como atacar e tornar ilegal), enfim

Qual é o argumento objectivo para a manutenção do poder pelo MPLA – fora os medos do que a oposição possa trazer? Qual é a obra feita de tal ordem positiva que justifique uma reeleição que vai levar a mais de meio século de poder?

– toda a estratégia de reeleição do MPLA parece reduzida a um infantil “eles são pior que nós”. É perturbador que um partido ao fim de 46 anos no poder só tenha como argumento de reeleição um “eles são pior que nós”. Não conseguiu melhorar o que estava bom e menos ainda corrigir o que estava mal. Antes pelo contrário, tratou de usar muito do que estava mal, principalmente com o açambarcamento de poderes, para reforçar o seu próprio poder. E findos mais quatro anos, em cima das mais de quatro décadas que já levava, o M não tem melhor argumento do que “a oposição é arruaceira e desorganizada” – que soa a “nós sabemos que não prestamos, mas eles podem ser piores”. Um fraco – fraquinho argumento de reeleição baseado em medos e fantasmas, pálido de provas de bom trabalho feito ou de esperança de

futuro, particularmente incapacitante num contexto de mudança geracional e em que a opinião pública está farta do status quo, farta do poder nas mesmas mãos há tanto tempo, farta a ponto de provavelmente preferir gerida por um bando de galos desorganizados a continuar a insistir no que cada vez mais se demonstra um erro que leva quase meio século... Aqui chegados, perguntas não faltam.

Qual é o argumento objectivo para a manutenção do poder pelo MPLA – fora os medos do que a oposição possa trazer? Qual é a obra feita de tal ordem positiva que justifique uma reeleição que vai levar a mais de meio século de poder? (Obra feita de preferência nos últimos quatro anos porque a obra feita antes disso foi inutilizada pelo líder que fez questão de tirar o anterior das notas e de lhe dar o título de insecto).

É que até para se ser ditador e assumir que um sistema democrático não serve é preciso ter obra feita – melhorias na qualidade de vida nas pessoas nos indicadores socioeconómicos que em Angola teimam em piorar tornando todas as promessas vazias de sentido... A China retirou 850 milhões de pessoas da linha da pobreza em 30 anos, passou de uma taxa de urbanização de 19,3% em 1978 para 60,3% em 2019. O nosso partido no poder há mais de 30 anos tem uma taxa de pobreza acima dos 40% para mostrar... O que pode justificar sequer a manutenção de um mesmo partido nestas condições 50 anos em contexto democrático? São os libertadores? O que dirá essa mensagem à nova geração votante e que não tem memória nem de colonialismo, nem de guerra? E há mais perguntas. Meio século de poder pode senão traduzir-se em captura do Estado? É sequer possível que um partido há meio século no poder saiba distinguir o que é partido do que é Estado que sirva todos? É sequer expectável que queira saber? É alguma surpresa que não sabendo delimitar fronteiras entre partido e Estado o partido escolha manietar cada vez mais os outros poderes, os media, a justiça? É surpresa que escolha fugir de processos democratizantes como as autarquias?

Até aonde o discurso do “eles são pior que nós” poderá carregar o partido no poder?



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 279 Likes 233 Partilhas 46

A página do Facebook do Valor Económico andou esta semana animada e alcançou mais de 200 mil internautas e 18 mil interações entre emoções, partilhas e comentários sendo o caso Lussaty e as dúvidas quanto às transferências que envolvia e o que significam para o sistema financeiro nacional, um dos temas mais comentados.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Osvald Frank Antony

Não há novidade. O sistema financeiro angolano é: desestruturado, intransparente, e moldado pelas "ordens superiores". A economia é fraquíssima porque os bancos não apoiam quem não ao "sistema" pertence. Queriam comparar-se com quem?



Ramiro Matias

Eu também tenho dúvidas sobre se essa transferência se tenha mesmo efetuado. É muito dinheiro para a UIF não ser alertada.



Rodrigo Guimaraes

Mas uma palhaçada igual a muitas que caíram no esquecimento



Thiago Lumbi Andre

Angola só sabe me envergonhar isso também é país? Se um dia eu for Pres. devolvi esse país aos colonizadores Portugueses



Adriano Silvestre Silvestre

Então devem inocentar o rapaz e solta-lo, porque razão o mantém sob carcere?



Bráulio Lilandio Bráulio Lilandio

Adriano Silvestre Silvestre é muitíssimo mais complexo q isso. Existe um comprovativo de transferência... só não existe o dinheiro como moeda física. Transferência dessa natureza precisa da autorização do governador do BNA. POIS só EMPRESAS GRANDES COMO A SONANGOL TEM CAPACIDADES DE FAZER TAL TRANSFERÊNCIAS de biliões. NUNCA UMA PESSOA ISOLADA COMO NOS MOSTROU A NOTÍCIA. ESTÃO ISSO MOSTRA Q há UMA LAVAGEM MUITO MAIOR. E PESSOAS MAIS PESADAS ESTÃO ENVOLVIDAS.



Pedro Rápido Rápido

Pessoal? A creditam nessa manobra da informação? Para os que estão atentos, os dinheiros deram destino incerto para justificar a inocência do acusado, as transferências foram realizadas, depois de dar conta que ninguém está falar mais dos dinheiros do Lussaty pensaram o povo já se esqueceu, não só estamos a esperar o remate final. Queremos o bom esclarecimento dos tais ditos mil milhões.



Pedro Domingos

Angola só é governado por marimbondos.



Marcos Bravo Angolano

Teatros dinheirosos



Carmona Fuene Leu

Só acredita nesta peça teatral, que não vive em Angola!



Djerzi Malembadas Djerzi

Caso que devia interessar a PGR para investigar, mas não. Querem investigar o ACJ de um não assunto.



Neusa Tonha

Esqueçam esse assunto nunca saberemos a verdade. Porquê! Porque não houve transferência nenhuma. Tudo história pra boi dormir. Caso Lussaty morreu. E o pecado cidadão já esqueceu



Aguiette Fernando Fernando Nette

Tudo montagem do governo do mpla. Peça teatral para dizer q estão a trabalhar. Ninguém, por mas burro q seja, tenta fugir nesta época com malas de dinheiro. Não enganam mais.



Paulo Lukamba

Nós nos brincam, esse governo pensa que pensamos pouco e que pode enganar-nos, até hoje o major milionário anda onde? Fogo!



Adriano Silvestre Silvestre

Ramos Dange'r também se enquadra nos crimes financeiros, mas não dá pena de cadeia e sim apreensão dos valores até averiguar a origem e tudo mais



Otchally Chicupe Gany

Adriano Silvestre Silvestre Na verdade não funciona assim, só o facto do cidadão em casa ter avultados valores em casa já é crime de retenção de moeda

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19

NO BRASIL

Bolsonaro com “novos estudos” para recusar vacina



O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, disse estar a usar “novos estudos” para não se vacinar contra a covid-19, garantindo ter uma protecção contra a doença porque já foi infectado e a sua imunidade “está no topo”.

“Em relação à vacina, decidi não tomá-la. Estou vendo novos estudos”, afirmou Bolsonaro, em declarações à emissora de rádio ‘Jovem Pan’, no Brasil.

“Porque vou tomar vacina? Seria o mesmo que jogar 10 reais na lotaria para ganhar 2”, insistiu.

As declarações do presidente brasileiro seguem a linha negacionista que mantém desde o início da pandemia do novo coronavírus num país que tem o segundo maior número de mortes por covid-19, depois dos Estados Unidos.

A covid-19 já causou mais de 600.000 mortes no Brasil e foram infectados 21,6 milhões de pessoas.

Ao contrário do presidente, 70% dos brasileiros já receberam a pri-

meira dose da vacina e 47% têm o esquema vacinal completo.

Jair Bolsonaro não especificou a quais “novos estudos” se referia para descartar tomar a vacina contra o novo coronavírus, mas reiterou que o facto de ter sido infectado garante que tenha anticorpos suficientes, ao contrário da opinião dos especialistas.

Em declarações anteriores, Bolsonaro, de 66 anos, disse que seria o último brasileiro a ser vacinado contra a doença, opinião que parece ter mudado agora ao afirmar que não se vacinará.

No entanto, a mulher, Michelle Bolsonaro, recebeu recentemente a vacina contra a covid-19 nos Estados Unidos, o que gerou críticas no Brasil por recorrer ao sistema de saúde de outro país.

“Para mim, a liberdade vem em primeiro lugar. Se um cidadão não quer ser vacinado, é seu direito e não existe mais”, insistiu Bolsonaro.

EM PORTUGAL

Vacinação contra gripe e covid-19 em simultâneo



A vacinação, em simultâneo, contra a gripe e a covid-19 arrancou em Portugal e a Direcção-geral da Saúde (DGS) deste país prevê vacinar cerca de dois milhões de pessoas.

A directora-geral da Saúde, Graça Freitas, garantiu que está “tudo preparado” para a co-administração das duas vacinas a pessoas com 65 ou mais anos, uma prática realizada em Portugal e no mundo, no âmbito dos programas nacionais de vacinação, que visa otimizar os esquemas vacinais recomendados.

A DGS avançou que os dados disponíveis analisados pela Comissão Técnica de Vacinação contra a covid-19, que incluem os resultados da reunião do grupo de peritos da Organização Mundial da Saúde em matéria de vacinação, mostram que existe um perfil de segurança aceitável após a toma das duas vacinas.

Além disso, a informação disponível sugere a manutenção da eficácia de ambas as vacinas, uma vez que, até à data, não existe evidência de alteração da resposta imunológica.

EM NOVEMBRO

EUA reabre fronteiras terrestres e aéreas

Os Estados Unidos vão reabrir, a partir de 8 de Novembro, suas fronteiras terrestres e aéreas a passageiros internacionais vacinados, anunciou a Casa Branca.

Estas restrições de viagem, inicialmente ordenadas pelo ex-presidente Donald Trump (2017-2021), estavam em vigor desde o início da pandemia em 2020 e foram mantidas pelo actual presidente, Joe Biden, que tomou posse em Janeiro passado.

Estas restrições de viagem dos Estados Unidos, que exige a vacinação para os viajantes estrangeiros que se deslocam ao país, vai iniciar-se a 8 de Novembro. Este anúncio e a data aplicam-se quer a viagens internacionais aéreas como terrestres”, assinalou Kevin Muñoz, um porta-voz da Casa Branca, em mensagem no Twitter.

ANTIGO SECRETÁRIO DA DEFESA DOS EUA

Colin Powell morre vítima de covid-19

Colin Powell, o primeiro secretário de Estado negro dos EUA, morreu aos 84 anos, vítima de complicações de covid-19, anunciou a família nas redes sociais.

“O general Colin L. Powell, ex-secretário de Estado dos Estados Unidos e presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior, faleceu na manhã desta segunda-feira devido a complicações de covid-19”, escreveu a família no Facebook. “Perdemos um marido, pai, avô notável e amoroso e um grande americano”, disseram.

Powell estava totalmente vacinado e estava a ser tratado

no Walter Reed National Medical Center, disse a família.

Powell foi o primeiro conselheiro de segurança nacional durante o final da presidência de Ronald Reagan e o mais jovem e primeiro presidente afro-americano do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos do presidente George W. Bush durante a Guerra do Golfo, em 1991, em que as forças americanas expulsaram as tropas iraquianas do Kuwait. Em meados dos anos 1990, foi considerado um dos principais candidatos a tornar-se o primeiro presidente negro dos Estados Unidos.

EM PORTUGAL, quem já teve covid-19 só precisa de tomar uma dose das vacinas da Moderna, Pfizer/BioNTech ou AstraZeneca para ser considerado totalmente vacinado, segundo as novas regras anunciadas pela Direcção Geral de Saúde.



EUROPA DOOU 87 MILHÕES DE DOSES

UE exportou mais de mil milhões de vacinas

A União Europeia (UE) atingiu um “marco importante” na exportação de vacinas anticovid-19, tendo entregue mais de mil milhões de doses a 150 países, cerca de 87 milhões das quais doadas.

Segundo a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, numa curta declaração à imprensa sem perguntas, a responsável assinalou que “as vacinas produzidas na UE foram enviadas para mais de 150 países em todos os continentes, do Japão à Turquia, do Reino Unido à

Nova Zelândia, da África do Sul ao Brasil”.

“Entregámos cerca de 87 milhões de doses a países de baixo e médio rendimentos através do [mecanismo de acesso às vacinas] COVAX”, destacou Ursula von der Leyen, salientando que a UE é “muito claramente o maior exportador de vacinas contra a covid-19”.

“Sempre partilhámos as nossas vacinas de forma justa com o resto do mundo. Exportamos tanto quanto entrega-

mos aos cidadãos da UE e, de facto, pelo menos cada segunda vacina produzida na Europa é exportada, ao mesmo tempo que temos permitido a vacinação dos nossos cidadãos”, salientou.

Na UE, embora 75% das pessoas com mais de 18 anos estejam actualmente totalmente vacinadas (enquanto 79% têm apenas uma dose da vacina), a cobertura está longe de ser igual entre os países, já que as taxas nacionais de inoculação total variam entre os 23% e os 91%.

EM CABO-VERDE

Antecipada reabertura de discotecas

O primeiro-ministro de Cabo Verde anunciou que praticamente metade da população adulta já tem a vacinação contra a covid-19 completa e 80% recebeu pelo menos a primeira dose, pelo que foi decidido antecipar a reabertura das discotecas.

“É motivo de celebração e ao mesmo tempo um incentivo para continuar a mobilização para a vacinação”, escreveu o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva,

no Facebook. Acrescentou que até 13 de Outubro, 79,3% da população com mais de 18 anos já tinha recebido pelo menos uma dose da vacina e 49% “estava com vacinação completa”.

“Os registos da taxa de incidência e do ritmo de transmissão que têm sido baixos e a dinâmica da vacinação conseguida e em curso permitem antecipar para 30 de Outubro a permissão de actividade de dança em discote-

cas, clubes e pub dancing”, anunciou ainda. O governo de Cabo Verde prorrogou a 1 de Outubro por mais dois meses a situação de contingência em todo o país, definindo então que as discotecas só reabririam a partir de 1 de Dezembro, com os clientes obrigados a apresentar certificado de vacinação completa. Essa abertura é agora antecipada por decisão do governo, que mantém a exigência da vacinação dos clientes.



ACESSO A INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS

Governo alarga prazo de vacinação obrigatória

O Governo estendeu para até 1 de Novembro o prazo que obrigava os cidadãos a estarem vacinados até sexta-feira, informou o coordenador da comissão multisectorial de combate à covid-19.

Francisco Furtado, igualmente ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, disse que foi alterado o Decreto Presidencial 241/21, de 30 de Setembro, que actualizou as medidas de prevenção e controlo da propagação do vírus SARS-COV-2 e da covid-19, bem como as regras de funcionamento dos serviços públicos e privados, dos equipamentos

sociais e outras actividades, durante a vigência da actuação da situação de Calamidade Pública.

Desde o anúncio desta exigência, os postos de vacinação do país têm registado enchentes, com filas intermináveis durante todo o dia.

Angola administrou até à data o total de 4.843.996 doses de vacina contra a covid-19, das quais 3,4 milhões receberam a primeira dose, representando uma cobertura de 22,1% da população alvo, sendo destas 1,3 milhões receberam a segunda dose e dose única, correspondente a uma cobertura de 8,7% da população elegível.

Marcas & Estilos



Não faltam ocasiões

Linda, elegante e perfeita para o dia ou a noite, esta carteira foi criada por Hedi Slimane no comando da Saint Laurent, em couro granulado com detalhes em prata envelhecida. O elo da corrente tem uma alça de ombro em tom rosa. A aba frontal abre-se para um interior dividido em tecido preto com um bolso deslizante e slots para cartões.



O prazer do tacto

Esta capa de couro genuíno resiste ao teste do tempo e melhora cada vez mais, permitindo que preserve o seu cantil enquanto adiciona um toque de personalidade. Tem os dedos do designer da marca de luxo australiana Kinnon.



AUTOMÓVEL

Projectado para trilhar

O Kia Cadenza chegou ao mercado como a aposta da montadora coreana no segmento de SUV de luxo. É uma boa alternativa a modelos mais clássicos.

A edição 2021, por fora, traz como destaques o desenho desportivo dos pára-choques e luzes de sinalização LED. As rodas de liga leve têm um visual bastante elegante. Por dentro, detalhes como a iluminação ambiente, e a imagem captada pela câmara de retaguarda projectada no retrovisor chamam a atenção.

O Kia Cadenza é equipado com um motor 3.5 V6 de 24 válvulas, e 290 cavalos de potência, com uma transmissão automática de seis velocidades e possibilita a troca sequencial. A tracção é dianteira.

AGENDA

LUANDA

DE 27 A 29 OUTUBRO

Exposição 'Henrique Abranches – Um Traço Angolano', no Memorial Dr. António Agostinho Neto, composta por uma selecção de obras de Henrique Abranches.

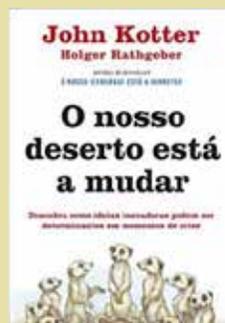
ATÉ 28 DE OUTUBRO

O Camões – Centro Cultural Português em Luanda (CCP) inaugura a exposição 'Diapasão' de Manuel Pimenta & JAS, disponível entre as 16h00 e as 20h00.

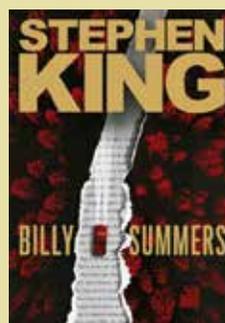
DE 10 A 31 DEZEMBRO

Oswaldo Ferreira inaugura exposição individual na Galeria Banco Económico intitulada 'Dissidência Extravagante: Construindo uma práxis local', numa organização da galeria de arte contemporânea. Entradas livres.

LIVROS



UMA HISTÓRIA sobre como as empresas descolam, entram em queda livre, e podem descolar de novo. Dos mesmos autores de 'Nosso iceberg está derretendo', John Kotter e Holger Rathgeber ajudam líderes e equipas a superarem adversidades.



BILLY SUMMERS é uma história de guerra, amor, sorte e destino, com um herói complexo buscando a última oportunidade de redenção. Impossível de largar e impossível de esquecer.



TURISMO

Um luxo plantado no deserto

Mais moderna do que tradicional em relação aos outros territórios dos Emirados Árabes Unidos, Dubai passou por cima do clima desértico para chamar a atenção do mundo. A capital combina um grande centro de negócios, lojas de luxo e muitas atracções para os visitantes. Quando se fala em Dubai logo vem à mente construções arrojadas, frutos da riqueza vinda do petróleo. Nas últimas duas décadas, não parou de erguer arranha-céus de esplendorosa arquitectura. Entre os que mais atraem a atenção estão o Burj Khalifa, o mais alto do mundo, e o Burj Al Arab, com a forma de uma vela.

Dubai é uma festa para os fãs da arquitectura. Praticamente todos os grandes escritórios do mundo plantaram uma grande obra no deserto e na orla, desafiando a areia, as tempestades e os ventos, todos inclementes. Além disso, as belas praias agradam os banhistas. No entanto, a grande atracção é mesmo a imensa variedade de opções de compras. São dezenas de lojas de departamento, estabelecimentos duty-free, outlets e shopping centers que vendem artigos de luxo e de grifes celebradas em todo o mundo.

Educação & Tecnologia

O papel do contabilista na consolidação fiscal (parte II)



António Feliciano Braça *

A importância da consolidação fiscal tem impacto na recuperação da economia, essencialmente nas economias de mercado, e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é a forma mais sustentável de geração de emprego. Por esta via, também se incrementa o bem-estar e se partilha a plenitude.

É possível a obtenção de ganhos marginais por via de uma melhor redistribuição do rendimento, dado que as famílias de menor rendimento têm maior propensão marginal ao consumo, o executivo vem fortalecendo vários programas que conduzem benfeitorias na redistribuição do rendimento, de forma a concretizar a justiça social.

O nível de endividamento do Estado tem elevado o serviço da dívida, a contribuição para a geração de crescimento económico acontece por via da melhoria da organização da Despesa, bem como da garantia da eficiência na execução e reforço da Despesa, sobretudo a potenciação das receitas fiscais.

O investimento privado é a utensão com maior potencial de geração de crescimento económico, sendo importante maior eficácia e equilíbrio na tributação, para não asfiar o sector empresarial privado.

Com a implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica, a consolidação fiscal vem sendo um mecanismo seguro para alavancar a economia. A consolidação fiscal visa alcançar escalões de

défices ínfimos, ou mesmo superávits, produzindo emprego, maior e mais diferenciada oferta de bens e serviços na economia e maior arrecadação fiscal.

As empresas, assim como as famílias, irão também auxiliar, paulatinamente, a redução dos impostos que sobre elas incidem. Isto acontecerá à medida que a base tributária for sendo alargada, devido ao crescimento da actividade económica e ao progressivo combate à fraude e à evasão fiscal.

Por esta via, espera-se consolidar uma verdadeira economia de mercado, onde o Estado se reconduza cada vez mais ao seu papel de regulador e supervisor. O OGE tem de ser um marco no processo de consolidação fiscal, por via da aquisição benéfica de um saldo global que conduza ao crescimento do Estado e à criação de espaço para o financiamento do sector privado.

A consolidação fiscal guia-se no OGE onde são descritas as principais medidas de política a serem adaptadas, tanto do lado da execução das despesas, quanto do lado da arrecadação

A consolidação fiscal não significa necessariamente tributar mais, mas sim tributar melhor, suprimindo ineficiências, alargando a base tributária, reduzir a evasão fiscal...

de receitas, entre as quais destacamos a institucionalização do Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

O esforço da consolidação fiscal em curso no país está a manter sustentável a dívida pública, graças ao trabalho de disciplina, foco e rigor que se tem conferido às finanças públicas, o país prossegue dedicado na amortização da dívida de capital e de juros contraída junto de credores nacionais e estrangeiros perante

este quadro, o país vai continuar a endividar-se, tendo em conta a falta de uma via alternada para resolver as carências dos angolanos, sendo importante maior e melhor arrecadação de receitas, a política tributária deve ser, necessariamente, suficiente para sustentar a economia sem sufocar as famílias e as empresas.

A consolidação fiscal não significa necessariamente tributar mais, mas sim tributar melhor, suprimindo ineficiências, alargando a base tributária, reduzir a evasão fiscal, a informalidade, modernizando o aparelho tributário.

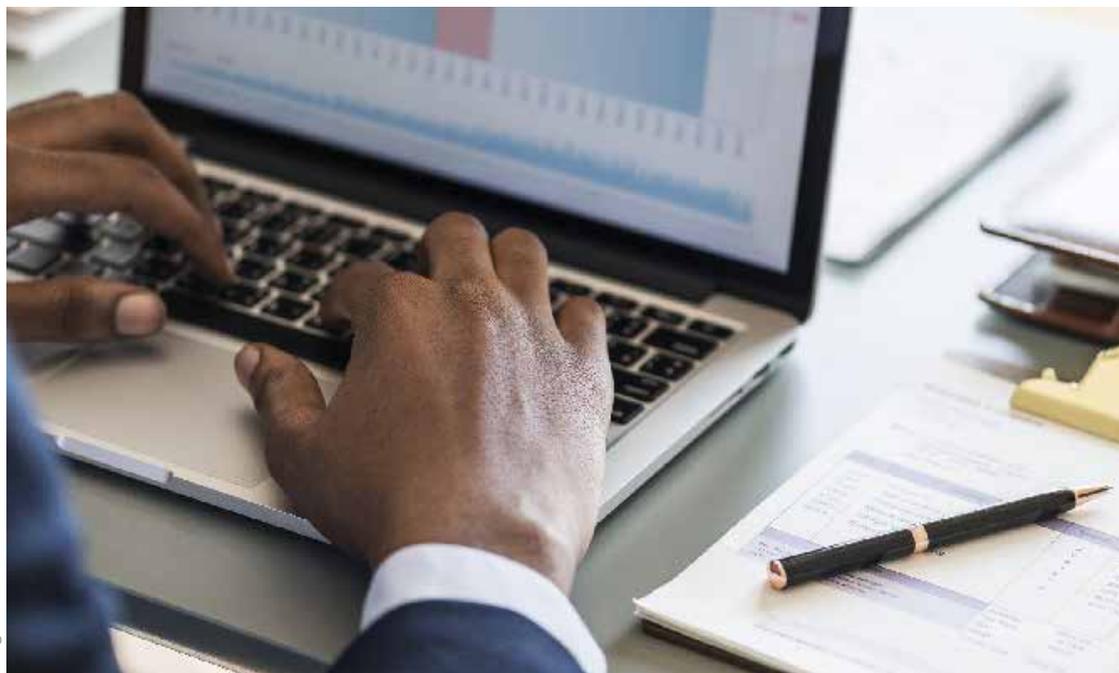
As principais medidas de política Económica a serem adoptadas pelo executivo para estabilizar a economia e impulsionar o sector não-petrolífero para o ano 2021 são:

- Melhoria da qualidade da despesa pública;
- Aumento da base tributária pela melhoria da fiscalização e procedimentos na sequência das alterações legislativas tributárias de 2020;

- Descentralização das finanças públicas;
- Reforço dos instrumentos de gestão das finanças públicas e gestão da dívida;
- Maior eficiência das políticas monetária e cambial,
- Estímulos do banco central para o financiamento da economia;
- Programa de Privatizações (Propriv) e reforma do sector empresarial público;
- Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (Prodesi);
- PAC – Programa de Apoio ao Crédito;
- PIIM – Plano Integrado de Intervenção nos Municípios;
- PAPE - Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (Pape);
- Dar sequência ao processo de regularização de atrasados.

Para 2021, as projecções fiscais apontam para a geração de um défice fiscal de 2,2% do PIB, inferior em 1,8 p.p. em relação ao projectado no OGE 2020 Revisto, devendo-se, sobretudo, ao aumento significativo da receita petrolífera de cerca de 37,5% no OGE 2021 face ao OGE 2020 revisto.

As previsões do OGE 2021 apontam a melhoria do saldo primário não-petrolífero, devido ao aumento da projecção da receita não-petrolífera face ao OGE 2020 revisto em 31,5% (aumento mais do que proporcional ao aumento da despesa primária).



*Técnico tributário da Repartição Fiscal do Huambo (4.ª Região Tributária-AGT), e Professor no Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologia Isupe-Ekuikui II

Educação & Tecnologia

Iniciativas da Tunísia, da Tanzânia e da Zâmbia vencem o Concurso para toda a África da ATU

12 de outubro de 2021, Nairóbi-Quênia: uma organização sediada na Tunísia, a Startup Tunisia, venceu o Desafio de Inovação 2021 da União Africana de Telecomunicações (ATU). A Startup Tunisia, que oferece subsídios e fornece orientação técnica para startups inovadores, conquistou, em apenas 2 anos, apoiou 550 startups, bem como organizações de apoio a startups, fornecendo um ambiente de política de apoio, investimentos e construção de capacidade. Eles reivindicam o prêmio máximo de US \$ 10.000 e o título, “2021 ATU Best Ecosystem Practice Enabling Youth ICT Innovation in Africa”.

A competição, lançada pela União Africana de Telecomunicações (ATU) e a União Internacional de Telecomunicações (ITU), também viu os Clubes de Codificação, Mentoria e Incubação da Iniciativa de Apps e Meninas da Tanzânia, e o Programa de Inovação em TIC da Autoridade de TIC da Zâmbia garantirem o segundo e terceiro lugar respectivamente, levando para casa US \$ 5.000 e US \$ 2.500. O primeiro capacitou 34.686 meninas com habilidades de resolução de problemas e codificação, melhorou seu desempenho acadêmico em TIC e outros assuntos relacionados a STEM e levou à criação de 69 empresas. Este último comercializou com sucesso mais de 30 start-ups, criou mais de 100 empregos e trabalhou com mais de 15 parceiros locais.

Anunciando os vencedores na cerimônia de premiação virtual encabeçada pelo ministro zambiano de Tecnologia e Ciência, Exmo. Felix C. MUTATI, Secretário-Geral da (ATU), Sr. John OMO, afirmou o compromisso da União em inspirar a criação de um ecossistema em África que apoie o desenvolvimento de soluções caseiras para os desafios locais. “Continua sendo nosso desejo possibilitar uma perspectiva sistêmica sobre inovação no continente e encorajo todos os interessados em TIC a terem a mente aberta para a ideia de colaboração. A (ATU) está aberta e pronta para facilitar o contato e a comunicação entre as partes dentro de nosso escopo que desejam fazer esforços deliberados para trabalhar em conjunto. É a este respeito que agradeço a todos os parceiros do Desafio, especialmente ao nosso patrocinador de título Huawei,

por sua colaboração e investimento em inovação e promoção de habilidades entre os jovens africanos”, disse ele.

A edição deste ano do Desafio identificou instituições da África que criam um ambiente propício para que os jovens desenvolvam inovações em TIC. Entre as instituições classificaram-se órgãos formuladores de políticas, incubadoras, universidades e organizações sem fins lucrativos. Isso é um reconhecimento do papel crítico que essas organizações desempenham e a importância de investir em solo fértil a partir do qual os inovadores podem crescer.

Os candidatos tiveram que explicar como apoiaram as inovações e também foram solicitados a destacar dois beneficiários que lucraram com a prática.

Falando durante a cerimônia, o presidente do Carrier Business Group da Huawei, Huawei Southern Africa Region, Sr. Samuel Chen, pediu “mais investimentos em conectividade, energia e infraestrutura de dinheiro móvel que os inovadores podem usar para desenvolver suas inovações e através da qual os cidadãos podem acessá-los” “Embora destacando o compromisso



da Huawei em apoiar a inovação e as habilidades locais como sendo a chave para o sucesso da empresa... “por mais de 23 anos, temos apoiado a inovação local na África, construindo infraestrutura de 2G a 5G, fornecendo software inovador, como dinheiro móvel e AI, e vamos continuar a construir talentos locais e construir plataformas e produtos para permitir que os inovadores africanos desenvolvessem soluções para os desafios africanos”, disse ele. Fazendo eco ao Sr. OMO, David Chen também agradeceu aos co-patrocinadores e parceiros, Intel Corporation, GSM Association e AfriLabs, por con-

tribuírem significativamente para o sucesso do Desafio.

O convidado principal do evento elogiou os participantes pelas suas práticas que respondem ao contexto e aos desafios africanos e reconheceu que, de facto, a inovação é o que distingue e sustenta as sociedades competitivas. Enquanto aplaudia a iniciativa da ATU e da ITU, ele encorajou os governos africanos a estarem abertos à partilha de recursos e boas práticas. “Parablenho todos os participantes e agradeço a ATU e a ITU por esta iniciativa que é de facto uma forma prática de avaliação comparativa com outros países pares sobre boas práticas para apoiar as inovações relacionadas com as TIC e o empreendedorismo em África”, disse ele.

Além do prêmio financeiro que irá beneficiá-los, todos os dez vencedores do Desafio terão suas práticas reconhecidas pela ITU e ATU e ampliadas mundialmente como uma “Melhor Prática das Partes Interessadas do Ecossistema” de TIC, atenção que pode ajudá-los a escalar suas práticas ou ser replicada em toda a África para promover a inovação da juventude. Além disso,

eles participarão de um campo de treinamento organizado pela ITU que, juntamente com o treinamento do campeão de suporte ao inovador, AfriLabs, durante a semana de aprendizagem de Hubs do AfriLabs, os ajudará a aumentar seu impacto.

O evento reconheceu ainda sete melhores práticas adicionais por partes interessadas do ecossistema em toda a África. Os premiados foram Clubes STEM após as aulas para meninas e Coding Boot Camps para mulheres (pela Fundação Visiola, Nigéria), Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (pela Universidade Zetech, Quênia), Projeto COVID-19 para o Zimbábue (por Pesquisadores Africanos Connect, Zimbábue), Huria Innovation Hub (pela Open University of Tanzania), Innovation and Technology-Preneurship Acceleration (pela St Joseph's University da Tanzânia), ICT na educação (por Adamawa Code Kids, Camarões) e Woman DNS Academy (pela Internet Sociedade, Capitulo Benin).

Sobre ATU

A União Africana de Telecomunicações (ATU) foi fundada em 1977 como uma agência especializada da Organização da Unidade Africana, agora União Africana, na área das telecomunicações, tendo como membros Estados-Membros. ATU assumiu seu nome atual em 1999 por meio de uma transformação que em parte viu a incorporação do setor privado em seus membros como membros associados.

ATU fornece um fórum para as partes interessadas envolvidas em TIC para formular políticas e estratégias eficazes destinadas a melhorar o acesso à infraestrutura e serviços de informação. Além disso, a União representa os interesses dos seus membros em conferências globais de tomada de decisões e promove iniciativas destinadas a integrar os mercados regionais, atrair investimentos para a infraestrutura de TIC e desenvolver capacidades institucionais e humanas. A missão da União é acelerar o desenvolvimento das telecomunicações / TIC em África, a fim de alcançar economias digitais. A União prevê uma África com poderes como sociedade da informação inclusiva, com economias digitais fortes para o desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável em África.

A ATU tem atualmente 48 Estados Membros provenientes de Governos e 54 Membros Associados de dentro e de fora da região africana.

O Centro Tecnológico terá a capacidade de formar mais de 1,500 talentos e engenheiros visto que a Huawei esta focada na inclusão digital e treinamento de jovens talentos angolanos.



COMUNICADO DE IMPRENSA

MINTTICS apresenta a delegação moçambicana ao parque tecnológico da **Huawei** em Luanda

Luanda aos 15 de Outubro de 2021 - Com base na parceria estratégica entre os ministerios das telecomunicações de Angola e Moçambique, o Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS) levou a delegação Moçambicana visitar o parque Tecnológico da Huawei em Talatona, onde lhes foi apresentado o futuro parque em construção no Talatona que contará com centros de treinamento, salas de tecnologia que permitira a formação de quadros angolanos e também de países vizinhos.

O Centro Tecnológico terá a capacidade de formar mais de 1,500 talentos e engenheiros visto que a Huawei esta focada na inclusão digital e treinamento de jovens talentos angolanos no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Este parque contribuirá para a transformação digital em África, tecnologia 5G e a implementação digital dos órgãos governamentais de ambos países, sendo que o para os países atingirem um desenvolvimento sustentável terão a tecnologia com uma base solida para o desenvolvimento.

A formação de talentos na Huawei faz parte do leque de projectos que a empresa chinesa tem vindo a desenvolver em Angola,

e a construção do centro tecnológico vai criar competências a nacionais, a inclusão digital e condições para a implementação de variadas tecnologias e criação de um desenvolvimento sustentável para Angola.

Os visitantes tomaram conhecimento de todo o processo de funcionamento do parque e sobre o valor do investimento que a Huawei fez para o projecto. O parque tem prevista a sua conclusão no segundo semestre do próximo ano e trará consigo a angariação de novos empregos e a consilidação de métodos investigativos locais.

Esteve a chefiar a delegação o Diretor Nacional de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Matias Manuel da Silva Borges

acompanhado do PCA do Infrasset, Diogo de Carvalho, representante do Gabinete de Gestão de Programa Espacial Nacional, sra Zolana e a Directora Executiva do Inacom Luísa de Freitas Bernardo Augusto.

Da delegação Moçambicana esteve o Administrador do Conselho de Administração e Chefe da Delegação, Francisco Chate, Director Nacional e Vice-Coordenador da Task Force, Horácio Parquino, Administradora do Conselho de Administração e membro da Task Force, Helena Fernandes, Assessora do Ministro e membro da Task Force, Vânia Morgado, Director de Serviço e membro da Task Force, Martins Langa e - Director de Serviço e o membro da Task Force, Orlando Zobra.

NÚMEROS DA SEMANA

43

Barragens que serão recuperadas no Namibe por 35 milhões de euros para mitigar o problema da seca, segundo despacho presidencial.

500

Milhões USD estimativas das trocas comerciais entre Angola e a Turquia no futuro, face aos actuais 170 milhões de dólares, segundo o Presidente turco, Recep Tayyip Erdogan.

3

Novas agências abertas pelo BPC, em Luanda, para atendimento exclusivo aos clientes pensionistas, no âmbito de um projecto denominado 'O Meu Balcão'.

10%

Aumento de carga registado pelo Porto de Luanda de Janeiro a Setembro em relação ao mesmo período de 2020, segundo o conselho de administração da empresa.

RELAÇÕES ANGOLA TURQUIA

Investimento directo 'perde' para endividamento

As visitas dos presidentes de Angola e da Turquia a cada um dos países, num espaço de quatro meses, permitiu a Angola garantir um crédito de 500 milhões de dólares, enquanto, no que diz respeito a investimentos, foram assinadas apenas manifestações de interesses.

“Tudo faremos para que estas manifestações de interesse se transformem em investimentos concretos e contribuam para o crescimento da economia angolana”, salientou João Lourenço, na sua intervenção no fórum empresarial que decorreu esta semana em Luanda, a propósito da visita oficial do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan.

No que diz respeito ao crédito de 500 milhões de dólares, a ser disponibilizado pelo Governo turco, será aplicado para impulsionar, entre outros, os sectores da agricultura, da indústria e da energia. A verba anunciada pelo presidente turco deverá também ser repartida para potenciar o turismo.

A Turquia já conta com investimentos em Luanda e no Uíge, nos domínios da indústria, comércio, educação e construção civil, sendo que actualmente as trocas comerciais entre os dois países se cifram em 134 milhões de dólares, com perspectivas de atingir os mil milhões nos próximos anos.

Em 2020, a Turquia investiu em Angola cerca de 22,55 milhões de dólares em vários sectores.

AO JORNAL INGLÊS FINANCIAL TIMES

Jo nega perseguição a Isabel dos Santos

O Presidente da República nega estar a perseguir a empresária Isabel dos Santos, influenciando a abertura de processos-crime na justiça sob a acusação de lavagem de dinheiro, tráfico de influências, gestão prejudicial e falsificação de documentos e outros delitos económicos.

Em entrevista ao jornal inglês 'Financial Times' e questionado sobre a suposta perseguição à empresária, que viu as empresas e contas bancárias arrestadas, João Lourenço tentou, inicialmente, evitar uma resposta directa. “Comentar só sobre uma pessoa pode não ser muito justo.” Mas, face à insistência do jornalista, acabou por referir que o processo de combate à corrupção é dirigido pelo poder judicial, subli-

nhando que, não tendo nada para cobrir, a empresária não precisa de se preocupar. “Quem não deve não teme”, insiste.

Durante a entrevista, o Presidente mostrou-se confiante na recuperação da economia, com base nas “reformas” em curso, “depois da tempestade”, apontando a previsão do Governo de um crescimento de 2,4% em 2022.

“A nossa reforma terá de ter dois objectivos principais, que são fortalecer o regime democrático de regulação e implementar um sistema económico de mercado real”, frisa.

Sobre a suposta críspação com o antigo Presidente, Lourenço garantiu que o regresso ao país de José Eduardo dos Santos, após mais de dois anos, reforça os laços de amizade. “O facto de ter regressado ao país é bom para todos, não só para a nossa relação, mas bom para o país, é bom para o nosso partido [MPLA]”, observa.



INICIATIVA NA ZEE 12 ANOS DEPOIS

Gabinete para reduzir burocracia

A direcção da Zona Económica Especial Luanda-Bengo pretende criar, ainda este ano, um Gabinete de Apoio ao Investidor, com a intenção de contribuir para a produção interna e a exportação.

A gestão da ZEE explica, em comunicado citado pela Angop, que, entre outras vantagens, o gabinete vai permitir reduzir o tempo necessário para o acesso e resolução de assuntos referentes à administração pública e contribuirá para um “aumento significativo” do número de empresas na ZEE. Espera-se ainda que o órgão seja um meio para a eliminação dos “obstáculos burocráticos” que podem prejudicar o programa de privatizações do Governo. A ZEE conta com 132 projectos industriais e comerciais, 75 dos quais em pleno funcionamento, 11 em fase de reestruturação, sete a aguardarem pela conclusão do processo de privatização, um pronto a iniciar a actividade produtiva, 18 em fase de construção e 20 em fase de implantação.

De acordo com o comunicado, lançado a propósito da celebração

do 12.º aniversário da ZEE, assinado a 15 de Outubro, 60% dos projectos são relativos a fábricas, 25% têm que ver com estabelecimentos comerciais e 10% com serviços.

“A dinâmica empregadora nem sequer foi afectada pela pandemia, já que os projectos aprovados pela direcção desse empreendimento, nos últimos 12 meses (de Outubro de 2020 até agora), vão proporcionar a criação de 3.301 postos de trabalho para angolanos e apenas 32 para expatriados”, refere a mesma nota, admitindo ainda que “a redução das importações, aumento das exportações e a captação de investimento estrangeiro estão bem reflectidos na produção crescente da ZEE com a implementação, no último ano, de projectos de investimentos oriundos da Alemanha, Eritreia, Índia, Ruanda, Líbano e Angola”. Uma realidade que representa um investimento superior a 725 mil milhões de kwanzas (cerca de 1,163 mil milhões de dólares) há cinco anos.

Os projectos gerados nestes 12 anos de existência da ZEE, segundo os seus gestores, criaram 6.132 novos empregos, na sua maioria preenchidos por nacionais.